

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

COMPLEMENTO DE LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

TEMA DO TRABALHO:

**O PLANEAMENTO FISCAL EM SEDE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE O
RENDIMENTO NAS PME's EM SÃO VICENTE**

Janine Sofia Monteiro Andrade- Nº 08.661

Mindelo, Maio de 2014

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS
COMPLEMENTO DE LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

TEMA DO TRABALHO:

**O PLANEAMENTO FISCAL EM SEDE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE O
RENDIMENTO NAS PME's EM SÃO VICENTE**

Janine Sofia Monteiro Andrade- Nº 08.661

Orientador: Dr. Adelino Fonseca

Mindelo, Maio de 2014

“Se eu pudesse deixar algum presente a vocês, deixaria o acesso ao sentimento de amar a vida dos seres humanos (...). A consciência de aprender tudo o que foi ensinado pelo mundo afora (...). Lembraria os erros que foram cometidos para que não mais se repetissem (...). A capacidade de escolher novos rumos. Deixaria a vocês se pudesse o respeito àquilo que é indispensável. Além do pão, o trabalho, além do trabalho, a ação. E quando tudo mais faltasse, um segredo: o de buscar no interior de si mesmo a resposta e a força para encontrar a saída”.

(MAHATMA GANDHI)

DEDICATÓRIA

A todos os meus familiares, em especial a
minha mãe Ana Paula por todo esforço
empreendido na educação dos filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e pela oportunidade de estar a concluir a minha Licenciatura.

Ao meu orientador, Dr. Adelino Fonseca, por ter aceitado este desafio, pela disponibilidade e atenção demonstrada ao longo deste trabalho.

Aos meus pais, Ana Paula e Deolindo e, meu padrasto António, meus irmãos Gerson, Nueli e Hélio, a minha avó Cipriana e a todos os meus familiares por terem contribuído muito para a minha formação pessoal e académica. Agradeço-vos por fazerem parte da minha vida e por torna-la a mais feliz e enriquecedora.

Ao meu amigo, namorado e companheiro, Samuel Brito por todo amor, carinho, compreensão.

A Câmara Municipal de São Vicente, pela atribuição do subsídio que contribuiu e muito para a minha formação.

A todos os amigos que fiz ao longo desta trajetória, em especial a Cátia Gomes, Elber Rodrigues, Eleutério Brito, Ivandre das Dores, Liliana Costa Númia Gomes e Sílvia da Luz, Williamson Neves e Zuleica Pires por todos os momentos de amizade, companheirismo e partilha de conhecimento.

A todos os funcionários do ISCEE, em especial à Sílvia Santos e a Sr.^a Emanuela por todo apoio, orientação e encorajamento nos momentos difíceis.

Agradeço ao ISCEE e especialmente ao Dr. Arsénio Gomes pelas inúmeras oportunidades concedidas, sem as quais a realização deste trabalho não seria possível.

Muito obrigado a todas as empresas que se disponibilizaram a responder o questionário.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

RESUMO ANALITICO

O planeamento fiscal visa principalmente à minimização dos gastos fiscais que de certa forma afectam a rentabilidade das empresas. Neste contexto consideramos que deve estar integrada na gestão normal de qualquer empreendimento. Dado a extensividade do tema, debruçamo-nos sobre o planeamento fiscal nas PME's visto que embora desempenham um papel de suma importância na economia moderna, dado a sua dimensão, apresentam maiores dificuldades na gestão dos aspectos fiscais.

Considerando que o planeamento não deve ser confundido com outras formas de minimização dos impostos procuramos distingui-lo da fraude e evasão fiscal e da manipulação dos resultados, pois o principal objectivo do nosso trabalho é contribuir para uma maior divulgação e consciencialização desta ferramenta que proporciona uma redução lícita dos gastos fiscais

Na elaboração do trabalho levamos em consideração a importância do conhecimento dos principais aspectos contabilísticos e fiscais relacionados com o Imposto único sobre os Rendimentos bem como da importância da informação contabilística para a elaboração do planeamento fiscal

Como instrumento para colecta de dados optamos pela aplicação de um questionário, com o intuito de perceber se as PME's em São Vicente têm conhecimento do tema em estudo e até que ponto têm procedido a sua aplicação.

De acordo com os dados recolhidos, constatamos que algumas empresas demonstraram-se à vontade em relação ao tema, mas de um modo global podemos constatar que esta prática ainda é pouco difundida e aplicada na comunidade pesquisada.

Palavras-chave: Contabilidade, Fiscalidade, IUR, Planeamento Fiscal

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|------|
| DEDICATÓRIA..... | I |
| AGRADECIMENTOS | II |
| LISTA DE GRÁFICOS..... | VI |
| LISTA DE TABELAS..... | VII |
| LISTA DE TABELAS..... | VII |
| LISTA DE APÊNDICES..... | VIII |
| SIGLAS E ABREVIATURAS..... | IX |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| Apresentação e justificativa do trabalho | 1 |
| Caracterização do problema..... | 3 |
| Objectivos do trabalho | 4 |
| Metodologia..... | 4 |
| Estrutura do trabalho | 5 |
| CAPITULO I - REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPTUAL..... | 7 |
| 1.1 - O sistema de normalização contabilístico nacional..... | 7 |
| 1.2 - Principais órgãos do sistema de normalização contabilístico nacional | 9 |
| 1.3 - A contabilidade como sistema de informação..... | 10 |
| 1.4 - Os utentes da informação contabilística | 12 |
| 1.5 - A importância da contabilidade para o Estado | 12 |
| 1.6 - A contabilidade como suporte no cumprimento dos imperativos fiscais | 13 |
| 1.7 - O imposto e a necessidade de pagamento..... | 15 |
| 1.8 - Os órgãos fiscais em Cabo Verde..... | 17 |

| | |
|--|-----------|
| CAPITULO II - O PLANEAMENTO, A FRAUDE E A EVASÃO FISCAL..... | 19 |
| 2.1 - O planeamento fiscal..... | 19 |
| 2.2 - Planeamento fiscal versus Manipulação dos resultados | 22 |
| 2.3 - Fraude e evasão fiscal | 24 |
| 2.3.1- Causas da fuga aos impostos..... | 28 |
| 2.3.2- Consequências da fuga ao imposto | 30 |
| CAPITULO III - O SISTEMA TRIBUTÁRIO EM CABO VERDE..... | 31 |
| 3.1- Enquadramento e suporte constitucional. | 31 |
| 3.2 - O sistema fiscal cabo-verdiano e a sua reforma | 32 |
| 3.3 - O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas | 34 |
| 3.4 - A formação do resultado fiscal..... | 36 |
| 3.5 - A liquidação e o pagamento do imposto..... | 38 |
| 3.6 - Os benefícios fiscais..... | 39 |
| 3.6.1 – Aspectos gerais | 39 |
| 3.6.2 - Os benefícios fiscais em sede do IUR..... | 42 |
| 3.7 - O regime do mecenato..... | 45 |
| 3.7 - Cuidados na gestão e pagamento dos impostos | 46 |
| 3.8 -NRF 22 – Imposto sobre o rendimento | 48 |
| CAPITULO IV - ANÁLISE EMPÍRICA DO PLANEAMENTO FISCAL NAS PME´SEM SÃO VICENTE..... | 49 |
| 4.1 - Metodologia | 49 |
| 4.2 - O mercado em São Vicente e o número de empresas | 51 |
| 4.3 - O tratamento da informação recolhida no questionário | 52 |
| CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... | 67 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 70 |
| APÊNDICES | X |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|---------------------------------------|
| Gráfico 1: Localização da sede..... | 533 |
| Gráfico 2 : Sector de actividade | Erro! Marcador não definido. 3 |
| Gráfico 3: Tipo de Sociedade | 533 |
| Gráfico 4: Preparação da informação contabilística..... | 544 |
| Gráfico 5: Problemas c/ incumprimento fiscal | 555 |
| Gráfico 6: Dossier Fiscal | Erro! Marcador não definido. 5 |
| Gráfico 7- Produção de Orçamentos | 577 |
| Gráfico 8: Decisões fiscais | Erro! Marcador não definido. 7 |
| Gráfico 9: Momento em que costumam obter o Balancete contabilístico | 588 |
| Gráfico 10: Aplicação tempestiva da legislação..... | 599 |
| Gráfico 11: Data de pagamento de impostos? | Erro! Marcador não definido. 9 |
| Gráfico 12: Obtenção de benefício fiscal em sede do IUR | 600 |
| Gráfico 13: Forma de obtenção de BF..... | Erro! Marcador não definido. 0 |
| Gráfico 14: Motivos de não obtenção de BF..... | 610 |
| Gráfico 15: Gestão de datas de Pagamento | 611 |
| Gráfico 16: Reduzir o montante a pagar..... | Erro! Marcador não definido. 1 |
| Gráfico 17: Conhecimento BF..... | 622 |
| Gráfico 18: Registo da empresa como Mecenaz | Erro! Marcador não definido. 2 |
| Gráfico 19: Recrutamento de trabalhadores com algumas com deficiência física..... | 644 |

LISTA DE TABELAS EM APÊNDICE

| | |
|---|---|
| Tabela 1: Relação entre as variáveis - Questões 1, 2 e 6..... | 5 |
| Tabela 2: Relação entre as variáveis- Questões 7 e 9..... | 5 |
| Tabela 3: Relação entre as variáveis- Questões 6, 7 e 9..... | 6 |
| Tabela 4: Relação entre as variáveis- Questões 12 e 14..... | 6 |
| Tabela 5: Relação entre as variáveis- Questões 12 e 13..... | 6 |
| Tabela 6: Relação entre as variáveis- Questões 11 e 17..... | 7 |
| Tabela 7: Relação entre as variáveis- Questões 4.4 e 16..... | 7 |
| Tabela 8:Relação entre as variáveis- Questões 4.2 e 11..... | 8 |
| Tabela 9: Relação entre as variáveis Questões 4.1 e 15..... | 8 |

LISTA DE APÊNDICES

| | |
|--------------------------------------|---|
| Apêndice I: O questionário..... | 1 |
| Apêndice III: Dados da pesquisa..... | 5 |

SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-------|---|
| BF | Benefícios Fiscais |
| CBF | Código de Benefícios Fiscais |
| CGT | Código Geral Tributário |
| CNNC | Comissão Nacional de Normalização Contabilística |
| CPT | Código do Processo Tributário |
| CRCV | Constituição da República de Cabo Verde |
| DGCI | Direcção Geral das Contribuições e Impostos |
| IUR | Imposto Único sobre o Rendimento |
| PMEs | Pequenas e Médias empresas |
| PNC | Plano Nacional de Contabilidade |
| RIUR | Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento |
| SNCRF | Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro |

INTRODUÇÃO

Apresentação e justificativa do trabalho

Planear pode ser entendido como uma actividade de projectar metas para serem atingidas no futuro sendo portanto, necessário desencadear uma serie de decisões e tarefas que permitam alcança-las.

A nível de gestão é considerada uma das principais funções daqueles que têm a seu cargo a tarefa de gerir empresas ou outras entidades.

Esta tarefa é mais relevante e portanto assume maior dimensão, quando estamos posicionados no domínio da estratégia empresarial. Contudo, entendemos que a função de planeamento deve estar presente em todos os níveis de gestão empresarial (estratégico, tático e operacional).

Numa altura em que, o futuro vislumbra-se cada vez mais incerto dado a ritmo acelerado que as transformações ocorrem, muitas vezes apoiadas em tecnologias de informação que permitem maior fluidez na circulação da informação, o planeamento financeiro e monetária é, a nosso ver, igualmente muito importante. Neste contexto, entendemos que deve estar incluído o planeamento fiscal.

A relação entre o contribuinte e a Administração Fiscal encerra uma serie de actividades com relevo para a liquidação e a pagamento dos impostos. Assim, somos de entender que é uma tarefa que deve ser planeada.

Planear neste contexto pressupõe conhecimento exacto da legislação (consequentemente das obrigações fiscais), dos fluxos empresarias, os factos geradores de imposto, bem como diversos momentos em que a empresa deve satisfazer estas obrigações. Paralelamente, a legislação contempla diversos incentivos e concessões que quando devidamente conhecidas e executadas traduzem em economias de recursos para a empresa pois muitas vezes reduzem o nível de impostos a pagar.

Por outro lado, a ausência de um adequado conhecimento e planeamento fiscal desemboca no conflito de interesses entre a Administração Fiscal e os sujeitos passivos vulgarmente designados por contribuintes. Tais conflitos surgem porque o Estado procura arrecadar impostos capazes de garantir o seu bom funcionamento enquanto os contribuintes, por sua vez, tendem a considerar esta actuação como uma interferência no seu património que fica reduzido em função de pagamento de impostos.

Logo, podemos dizer que o planeamento fiscal traduz-se numa serie de acções levadas a cabo por uma empresa que, em conformidade com a lei tributária, são conducente ao não pagamento, ou menor pagamento dos encargos fiscais. É ainda relevante a melhor altura para se fazer o pagamento tendo em conta o custo do dinheiro.

A fiscalidade é susceptível de afectar as escolhas das empresas e consequentemente, os resultados gerados por uma determinada operação ou actividade, por isso, considera-se que o planeamento fiscal deve ser utilizado como uma das ferramentas de gestão das empresas, não devendo ser visto como uma actividade isolada, que visa simplesmente à economia da carga fiscal. Ou seja, qualquer decisão cujo objectivo seja de poupança fiscal deve estar subordinada a estratégia da empresa.

A nível nacional considera-se que a supremacia das regras fiscais sobre a contabilidade, aliada a fraca utilização e interpretação das demonstrações financeiras como instrumento para acompanhamento e gestão dos empreendimentos, fazem com que, muitos empresários e profissionais da contabilidade tenham a preocupação de conhecer a legislação fiscal, apenas e só, com o intuito de não as transgredir, sem contudo aproveitar dos benefícios que a própria legislação concede aos contribuintes.

A ideia que fica é que é relegado para o segundo plano o contributo para a gestão e o próprio planeamento que tal conhecimento pode proporcionar, e consequentemente conduzir a optimização dos resultados. Por outro lado, o tecido empresarial, constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas, muitas delas detidas por uma única pessoa e/ou família, não demonstram muita apetência para questões de planeamento no geral, muito menos, para os aspectos fiscais. Muitas limitam a pagar o valor exigido pela

Administração Fiscal sem compreender concretamente os mecanismos que estiveram na sua determinação.

Neste sentido, pretendemos desenvolver o tema “**O Planeamento Fiscal em Sede do Imposto Único Sobre o Rendimento nas PME’S em São Vicente**” que, em nosso entender, é pouco debatido e explorado a nível nacional.

Desta forma, pretendemos contribuir para uma melhor consciencialização no seio dos empresários e profissionais da contabilidade, das finanças empresariais e fiscalidade sobre a importância do planeamento fiscal, sendo de realçar que não existe um modelo óptimo para a realização de um planeamento. Cabe a cada entidade realizar a sua própria análise e optar pelas práticas que melhor se adequam aos seus objectivos.

Caracterização do problema

O planeamento fiscal tem sido debatido e até regulamentado a nível internacional. Isto tem acontecido porque cada vez mais as empresas têm reconhecido a importância do tema e percebido que os encargos fiscais têm assumido valores significativos na sua estrutura de gastos. Não apenas utilizado para a redução dos gastos fiscais, as empresas têm encontrado no planeamento fiscal um instrumento que melhora a sua competitividade e, noutros casos, até de garantia de sobrevivência.

Em Cabo Verde, apesar do conceito do planeamento fiscal não ser tão debatido, algumas empresas, principalmente as consideradas grandes ou ainda as sucursais de empresas estrangeiras, tem demonstrado alguma preocupação com os aspectos fiscais e procurado alternativas para reduzir ou gerir, de melhor forma, os tais custos. No que concerne as PME’s por não possuírem uma estrutura física nem financeira que se equipara as de maior dimensão, interessa-nos saber se igualmente têm tido esta preocupação.

Assim, com a realização deste trabalho procuramos obter resposta à seguinte questão: As PME's em São Vicente têm tido alguma atitude no sentido de procurar alternativas legais que permitem a redução do imposto que incide sobre os seus lucros?

Objectivos do trabalho

Com o presente trabalho, pretendemos contribuir para um maior esclarecimento sobre a problemática do planeamento fiscal, os benefícios advenientes desta prática e ainda, verificar a sua aplicabilidade por parte das pequenas e medias empresas sedeadas ou com representação estável em São Vicente.

Em termos mais concretos pretendemos com este estudo o seguinte:

- Realçar a importância da contabilidade como suporte para o cumprimento dos imperativos fiscais;
- Demonstrar a relação entre a contabilidade e a fiscalidade;
- Apresentar os aspectos fundamentais do planeamento fiscal;
- Apresentar aspectos relevantes da legislação fiscal vigente em Cabo Verde;
- Ajudar na divulgação dos benefícios proporcionados pela legislação fiscal;
- Perceber a forma como as empresas têm posicionado para reduzir os seus custos fiscais;

Metodologia

Na elaboração da parte teórica do trabalho fizemos uma pesquisa bibliográfica que consiste num mecanismo que contempla o estudo e análise de todo o material já tornado público quanto ao tema objecto deste trabalho. As principais fontes bibliográficas utilizadas foram livros, revistas, monografias, teses, jornais, legislação aplicavel, pesquisas em *websites* e ainda todos os materiais resultantes dos meios de comunicação que permitiram um maior conhecimento do assunto abordado. Tendo em conta a natureza do estudo entendemos que

este resulta de uma pesquisa básica pois, o propósito foi gerar e ou melhorar os conhecimentos, sem contudo, procedermos a sua aplicação prática. Optamos pelo método monográfico para esclarecer os aspectos relacionados com o planeamento fiscal nas pequenas e médias empresas são-vicentinas. Este método segundo Marconi (2007, p. 108) “consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações”.

Como instrumento para colecta de dados recorreremos a aplicação de um questionário à uma amostra significativa das PME's em São Vicente com o intuito de perceber a sensibilidade das mesmas relativamente ao planeamento fiscal e verificar se estas têm dado alguma importância às questões fiscais e se têm tido alguma atitude no sentido de beneficiarem-se dos requisitos constantes da legislação fiscal.

Estrutura do trabalho

O trabalho está organizado em 4 (quatro) capítulos conforme se segue:

- **Introdução:** Onde pretendemos dar a conhecer alguns aspectos relevantes sobre o planeamento fiscal, as razões que motivaram a escolha do tema, a estrutura a ser seguida e os procedimentos metodológicos a serem adoptados.
- **Capítulo 1: Referencial teórico e conceptual:** Neste capítulo faremos referência breves a normalização contabilística, a importância da contabilidade como instrumento de informação e a sua relação com a fiscalidade.
- **Capítulo 2: O Planeamento, a fraude e a evasão fiscal:** Neste capítulo, temos como objectivo apresentar alguns conceitos básicos sobre o planeamento, a fraude e evasão fiscal, no sentido de distinguir os conceitos referidos.
- **Capítulo 3: O sistema tributário em Cabo Verde:** Em que fazemos uma abordagem aos impostos existentes, o sistema tributário nacional, os benefícios fiscais consagrados na legislação e as obrigações fiscais. Neste capítulo ainda debruçamos de forma específica sobre o regulamento do IUR e varias legislações

(as que anualmente aprovam o orçamento do Estado e outras) para podermos perceber a realidade fiscal em sede do Imposto Único sobre os Rendimentos.

- **Capítulo 4: Análise empírica do planeamento fiscal nas PME's em São Vicente:** Esta análise será realizada através de um questionário aplicado às PME's.
- **Conclusões e Recomendações:** Onde apresentamos as principais conclusões do estudo e recomendações para futuras pesquisas, bem como as limitações da pesquisa.

CAPITULO I - REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPTUAL

1.1 - O sistema de normalização contabilístico nacional

A globalização e o crescimento dos mercados económicos e financeiros determinam, actualmente, a necessidade da normalização dos procedimentos contabilísticos, entre os diferentes países. A necessidade das informações financeiras serem comparáveis, traz por arrastamento a necessidade de se adoptarem, a nível internacional, as mesmas práticas contabilísticas. O IASB não tem poupado esforços no sentido de definir normas e criar outras condições para que isto se torne possível. Aquela entidade (um dos principais organismos que se dedica a harmonização contabilística internacional) admite na sua estrutura conceptual, que uma entidade ao aplicar correctamente as normas e se subordinar aos aspectos conceptuais igualmente definidos na estrutura conceptual terá como resultado informações contabilísticas fiáveis e relevantes. Informações que reúnem estas características podem ser uma base solida para a tomada de decisões Económicas.

A nível nacional o processo de normalização contabilística iniciou-se, praticamente em 1984 com a aprovação do Plano Nacional de Contabilidade (PNC) por via do Decreto-Lei nº 4/84.

Numa época marcada pela forte intervenção do Estado na actividade económica, que detinha ou tinha participação na maioria das grandes empresas, o PNC, que seguia as linhas orientadoras do Plano Oficial da Contabilidade (POC português) tornou-se, em 1984, num documento de aplicabilidade obrigatória por parte das empresas públicas e de capital misto, vindo a sua aplicação tornar-se obrigatória para as demais entidades a partir de 1985.

O PNC manteve-se praticamente inalterado durante 25 anos e pode-se até dizer inadequado às mudanças ocorridas no país, designadamente a privatização de muitas empresas públicas (na década de 90) e as reformas no sistema económico com destaque para o incentivo às iniciativas privadas e ao investimento externo.

Este desajustamento entre a contabilidade nacional e a nova realidade económica do país gerou muitas dificuldades em termos de informação e levou a que muitas empresas recorressem ao normativo português e até mesmo às normas Internacionais da Contabilidade para suprir as necessidades de reconhecimento e divulgação de factos patrimoniais (Fonseca & Teixeira, 2013).

Após uma tentativa falhada em 1997 de adequar o PNC à nova realidade económica e com outras realidades contabilísticas, eis que em 2008 foi aprovado o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) através do Decreto-Lei nº 5/2008 e que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. Com este acto o país aproxima-se, em matéria contabilística, do que de melhor se faz a nível internacional.

O SNCRF integra vários componentes como sejam: uma estrutura conceptual- (EC) -, um quadro de contas - (QC) -, um conjunto de normas de relato financeiro – (NRF) -, um conjunto de demonstrações financeiras – (DF) – e ainda uma norma para pequenas entidades.

De acordo com a Estrutura Conceptual do SNCRF¹ “é hoje de aceitação generalizada a necessidade de uma normalização contabilística global. Neste sentido o sistema de normalização contabilístico de Cabo Verde embora atendendo a aspectos particulares do país tem uma linha orientadora que possibilita que o relato financeiro elaborado com as normas de relato financeiro esteja preparado para serem aceite pela maioria dos outros países e das praças financeiras internacionais”.

É de notar que as Normas internacionais de Contabilidade e as Normas de relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) foram “adaptadas” para que pudessem adequar a realidade económica do país e ainda de modo a garantir que as demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNCRF sejam dotadas de informações relevantes, credíveis, de qualidade e que possam ser comparadas e interpretadas a nível internacional.

¹ Citado por Rui Almeida, “*Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro*”. AFT- Edições Técnicas: (cit. P. 398)

Assim, em resumo, podemos destacar dois grandes momentos no processo de normalização contabilística nacional: (i) Período PNC, de Janeiro de 1984 a Dezembro de 2008, e (ii) Período SNCRF, que vigora desde 1 de Janeiro de 2009.

Com a entrada do novo normativo era importante introduzir reformas fiscais no que se refere a tributação em sede do rendimento, das pessoas colectivas ou equiparadas de modo a adequar-se ao novo paradigma introduzido pela contabilidade. Além de uma adequação, quanto a nós pouco exaustivo, em termos terminológico pouco mais se fez até então. É suposto este aspecto ficar salvaguardado em 2014 com a prevista aprovação dos novos códigos dos impostos sobre os rendimentos.

1.2 - Principais órgãos do sistema de normalização contabilístico nacional

Tendo sido aprovada pelo Decreto-Lei nº 43/2008, de 1 de Dezembro, a Comissão Nacional de Normalização Contabilística – CNNC - é um organismo tecnicamente independente mas que funciona na dependência administrativa e financeira do Ministério das Finanças. É composta, para além de técnicos deste Ministério, por vários outros técnicos em representação de instituições públicas e privadas interessadas em questões contabilísticas. Tem como papel principal a emissão de normas e procedimentos contabilísticos, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade da informação financeira e contabilística a nível nacional. É portanto, a entidade guardiã do sistema de normalização contabilística nacional.

Não obstante a relevância da CNNC para o processo de normalização contabilística, importa referir outra entidade que também assume um papel importante neste processo – a Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC), com o desafio de regular o exercício das profissões de auditores e contabilistas certificados a nível nacional.

A OPACC foi criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro. É uma pessoa colectiva de direito público, independente, dotada de autonomia administrativa, financeira e

patrimonial, que tem por finalidade e atribuições superintender em todos os aspectos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de auditor certificado e de contabilista certificado.

Na prática o Estado delegou nesta entidade (constituída por profissionais da área) as competências para controlar e superintender o exercício destas profissões.

1.3 - A contabilidade como sistema de informação

O mercado actual exige informações exactas, em tempo oportuno, de fácil entendimento e de qualidade que auxiliam na tomada de decisões económicas. Um ponto importante na construção da informação está na forma de transmiti-la, que tenha conteúdo, precisão, objectividade e ainda valor percebido pelos utentes da mesma.

Segundo Bill Gates (*apud Bazzotti et al*), “a informação é algo que alguém deseja saber, e está disposto a pagar por ela. A informação não é tangível nem mensurável, mas é um produto valioso no mundo contemporâneo porque proporciona poder”.

A informação torna-se uma mais-valia ao permitir reduzir a incerteza dos seus utilizadores aquando do processo de tomada de decisões e bem assim contribuir para a qualidade das decisões.

No mundo empresarial, tal como em qualquer outra faceta da vida, a informação constitui um bem de extrema importância. Nesta conformidade, é de realçar a importância das informações proporcionadas pela contabilidade como instrumentos que auxiliam na gestão das organizações.

A contabilidade permite o tratamento da informação (numa forma sistémica) e a elaboração das demonstrações financeiras, assumindo-se como um dos mais importantes instrumentos para a gestão.

Segundo Lourenço (2000, p.38), “*Lopes Amorim definiu a contabilidade como a disciplina que tem por objectivo o conhecimento do património de qualquer empresa no seu tríplice aspecto – quantitativo, qualitativo e valorativo – em qualquer momento da sua existência, e por fim a análise da situação económica e financeira da empresa para orientação racional da sua administração*”.

Nota-se pela definição que a contabilidade e as informações proporcionadas são (ou devem ser) úteis para o conhecimento da real situação económica e financeira das entidades e ainda servir de guia para a gestão das mesmas. Somente nesta perspectiva a informação é útil.

A contabilidade foi também definida pela *American Accounting Association* como sendo “o processo de identificação, medida e comunicação da informação económica com vista a ilustrar os juízos e as decisões de quem utiliza a informação”².

Nesta definição pode-se verificar que a contabilidade e as informações por ela proporcionadas deixaram de ser útil apenas para orientação da administração para satisfazer as necessidades de um conjunto de utilizadores no processo de tomada de decisão.

As alterações sociais e económicas têm impulsionado mudanças a nível da gestão, da forma de actuação e até mesmo na estrutura financeira das empresas, que se vêm obrigadas a ajustarem-se às mudanças que ocorrem no ambiente na qual se encontram inseridas.

Nesta sentido, exige-se que a contabilidade também esteja preparada para satisfazer as novas necessidades em termos de informação.

Também a informação contabilística deverá ser neutra, isto é, isenta de opiniões e de juízos de valor por parte de quem tem a responsabilidade de a preparar. Esta “ideia” está clara e inequivocamente referida na estrutura conceptual do SNCRF.

Podemos então concluir que a contabilidade, enquanto sistema de informação (recolha, tratamento e divulgação da informação com relevancia económica, financeira e monetária) assume uma função de extrema importância, que é a de prestar informação para a tomada

² Citado por Lourenço, *Auditoria Fiscal*, 2ª ed. Lisboa: Vislis Editora (2000, p.38)

de decisões, tanto para órgão de gestão como para os demais utilizadores da informação contabilística. Assim, estas informações deverão ser actualizadas e preparadas com respeito às normas e aos pressupostos contabilísticos e tendo ainda em consideração as características qualitativas de tal informação, pois só assim poderá contribuir para a resolução de problemas futuros a tomada de decisões seguras e coerentes.

1.4 - Os utentes da informação contabilística

Os utentes da informação contabilística ou do relato financeiro necessitam de tais informações, como já foi visto, para que possam tomar decisões.

De acordo com a Estrutura Conceptual SNCRF³ “nos utentes do relato financeiro (demonstrações financeiras) incluem-se investidores (actuais e potenciais), empregados, mutuantes, fornecedores e outros credores, clientes, Governo e seus departamentos e o público”.

Considera-se ainda que a informação financeira é útil ao próprio órgão de gestão que, embora seja o responsável pela sua preparação e apresentação, também constitui-se num dos utilizadores das mesmas pois, permitem analisar e interpretar os dados registados para que se possa avaliar a gestão passada, justificar as decisões tomadas pelo gestor, bem como orientar as acções presentes e preparar o futuro.

1.5 - A importância da contabilidade para o Estado

O Estado é um dos utilizadores das informações contabilísticas pois encontra nestas informações a “fonte” que suporta o processo de liquidação de impostos.

³ Rui Almeida, “*Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro*”. AFT- Edições Técnicas: (cit. p. 401)

Convém esclarecermos que a informação contabilística não é utilizada apenas com o propósito de ajudar na liquidação do imposto. De facto, o Governo e os seus departamentos estão também interessados na alocação de recursos e, por isso, nas actividades das entidades para a preparação das contas nacionais. Também exigem informação a fim de regularem as actividades económicas, determinar as políticas de tributação e servem ainda de base preparação das estatísticas do país.

1.6 - A contabilidade como suporte no cumprimento dos imperativos fiscais

O Dicionário da língua portuguesa define fiscalidade como sendo um conjunto de disposições legais destinados a assegurar a possibilidade de, através dos impostos, o tesouro público assumir a responsabilidade do pagamento das despesas a seu cargo.

Estes dispositivos legais (normalmente estabelecido sob a forma de leis, Decretos-Leis, normativos legais, portarias, despachos etc.) estabelecem os enquadramentos necessário para que a arrecadação dos impostos se processa de forma justa, equilibrada e ao mesmo tempo sirvam para assegurar o princípio de igualdade social e o desenvolvimento económico de cada país.

Por ser uma questão estruturante, os princípios básicos normalmente estão estabelecidos na constituição de cada país. No nosso país esta lei (como veremos mais a frente) determina que o lançamento e a colecta de imposto devem ser feitos por via de leis aprovadas pelo organismo competente, no caso a Assembleia Nacional.

Como âmbito da fiscalidade podemos incluir questões como política fiscal definido pelo Governo, o sistema tributário, o direito fiscal, as entidades com responsabilidade e competência para fazerem cumprir estas leis, os códigos que estabelecem e regulamentam os impostos, e vários outros aspectos normalmente estabelecido por via e com força legal.

Normalmente nos dispositivos legais estão estabelecidas diversas tarefas de natureza declarativa, de natureza tributaria, consubstanciada na liquidação e cobrança do imposto, mecanismos de controlo, diversas outras obrigações e deveres que os sujeitos passivos devem, obrigatoriamente, cumprir.

A maior parte destas tarefas quando não são directamente atribuíveis ao departamento da contabilidade e administrativo das empresas acabam por merecer cuidado da contabilidade por forma a permitir reconciliações periódicas (caso por exemplo do IVA) por forma a garantir os controlos necessários

É neste sentido que vimos a contabilidade a garantir, ou a servir de “instrumento” no processo de, liquidação, apuramento, pagamento e controlo dos impostos a serem pagos ao Estado.

Por esta razão, entendemos que há, claramente uma inter-relação entre a contabilidade e a fiscalidade que não deve ser descurada.

No que se diz respeito a tributação de rendimentos das pessoas colectivas (aspecto que relaciona directamente com o nosso trabalho) estas duas “ciências” chegam a resultados diferentes sem contudo colocar a credibilidade da informação em causa.

A contabilidade tem regras e princípio próprias para reconhecer rendimentos e gastos. O código do IUR estabelece igualmente em que circunstancia e altura um gasto e um rendimento concorrem para a formação dos resultados tributáveis. Frequentemente verifica-se diferenças temporais (e/ou permanentes) que obrigam a que a base contabilística seja diferente da base fiscal. Admitindo esta realidade o sistema de normalização contabilístico em vigor prevê igualmente mecanismos para resolver a questão das diferenças temporais. Estamos concretamente a falar da Norma 22 – Impostos Sobre Rendimentos (que será abordado mais adiante neste documento). Por esta, uma entidade pode ser obrigada a reconhecer activos e/ou passivos por impostos diferidos para eliminar o efeitos das diferenças temporais. Entendemos que neste aspecto, e concretamente falando de tributação em sede de rendimento das pessoas colectivas existe igualmente um ponto de convergência (mas ao mesmo tempo de divergência) entre estas duas ciências.

1.7 - O imposto e a necessidade de pagamento

É pacífico que o Estado e Outros Entes Públicos necessitam de efectuar despesas para satisfazer as necessidades colectivas. Para isso, torna-se necessário disporem de meios económicos que, frequentemente são designados por receitas públicas.

Apesar das receitas públicas assumirem uma natureza bastante variada, considera-se que a importância do imposto entre as receitas públicas tem vindo a ser cada vez maior, podendo afirmar-se que é actualmente a mais importante fonte de receita pública dos estados modernos.

O imposto assume particular relevância entre as receitas públicas não apenas pelo seu peso no cômputo das mesmas como também por representar um importante meio de política económica e social.

O Imposto é, segundo Carlos (2009), uma *“prestação patrimonial, definitiva, unilateral, estabelecida pela lei, a favor de entidades que exerçam funções públicas, para satisfação de fins públicos que não constitui sanção de um acto ilícito, nem depende de qualquer vínculo anterior”*.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Sanches (2007, p.22), define imposto como sendo uma *“prestação pecuniária, singular ou reiterada, que não apresenta conexão com qualquer contraprestação retributiva específica, exigida por uma entidade pública a uma outra entidade (sujeito passivo), utilizada exclusiva ou principalmente para cobertura de despesas públicas”*

Tendo em atenção as definições, podemos identificar uma característica marcante do imposto que se prende com o facto de ser uma prestação unilateral, ou seja: ao pagamento do imposto não corresponde a qualquer contrapartida directa por parte do Estado, pois, uma vez que se destina a satisfação das necessidades colectivas, não há uma relação entre o montante que cada contribuinte paga e o valor dos serviços públicos que beneficia. Santos (2003, p. 226) refere ainda que, “o carácter unilateral do imposto estende-se à fixação da

generalidade dos seus dados (v.g., incidência, montante, momento e modo de cobrança), determinados exclusivamente pela entidade pública competente”.

A importância do imposto enquanto um instrumento da política fiscal foi realçada por Sanches (2007, p.22), ao referir que “o imposto constitui a forma normal e principal de financiamento do Estado contemporâneo, o que leva a recorrer-se comumente ao conceito desenvolvido por SCHUMPETER, de Estado Fiscal”.

Não obstante a finalidade fiscal da tributação, segundo Machado (2005)⁴, “*no mundo moderno (...) o tributo é largamente utilizado com o objectivo de interferir na economia privada, estimulando actividades, sectores económicos ou regiões, desestimulando o consumo de certos bens e produzindo, finalmente, os efeitos mais diversos na economia*”.

Assim sendo, podemos dizer que com a criação e cobrança dos impostos, o Estado intervém na economia, no sentido de diminuir as desigualdades sociais, atingir certo nível de emprego e de crescimento económico, contribuir para uma “justa” repartição do rendimento nacional e, através das políticas sociais, procura fornecer, de forma gratuita ou a preços inferiores aos do mercado, bens e serviços indispensáveis à comunidade, como sejam, a educação, saúde, segurança, subsídio à produção de determinados bens, etc..

Uma vez tratando-se de bens e serviços necessários, ao fornecê-los gratuitamente ou subsidia-los, o Estado procura assegurar a sua utilização por toda a comunidade e bem assim a satisfação das necessidades da colectividade.

Como foi já referenciado, o imposto é actualmente a principal receita pública. Este facto pode inclusivamente ser constado no nosso país, em que as receitas provenientes da arrecadação de impostos constituem cerca de 74% do total das receitas previstas no Orçamento do Estados para 2014, sendo que esta realidade ainda verificada nos últimos anos.

Em cabo Verde podemos identificar os seguintes impostos:

- Imposto sobre os Rendimentos (genericamente referido por IUR PC e PS);

⁴ Citado por Melina Lukic; Planeamento Tributário, Fundação Getúlio Vargas (2012, p.8)

- Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- Imposto Único sobre o Património (IUP);
- Imposto Selo;
- Impostos Especiais que incidem Sobre o Tabaco e Combustíveis, etc.;

No âmbito do nosso trabalho apenas focalizamos no IUR-PC que estabelece os critérios para a tributação dos rendimentos das Pessoas Colectivas.

É voz corrente (embora acreditamos sem qualquer fundamento que confirma objectivamente este facto) que há uma tendência quase generalizada de os contribuintes fugirem, ou no limite, terem uma apetência para pagar o mínimo de imposto possível, justificando a afirmação da Ministra das Finanças em classificar a relação Contribuinte e Estado como o quotidiano do *Tom e Jerry*.

Ora, acreditamos que quando devidamente planificado e gerido o contribuinte pode pagar efectivamente o mínimo de imposto sem, contudo, cair na esfera da ilegalidade e da evasão fiscal.

1.8 - Os órgãos fiscais em Cabo Verde

A fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais, compete a todas as autoridades governamentais incluindo nestes as autarquias locais e outras entidades que o Governo entende delegar alguma função particular. Todavia, e de forma específica, esta tarefa está adstrita à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e a Direcção-Geral das Alfândegas, que, a partir de finais de 2013, passaram a estar sujeitas a uma única direcção.

Contudo não devemos esquecer que por serem necessariamente leis estas são aprovadas em sessões parlamentares e no órgão competente – Parlamento.

Por força da lei e no exercício das suas competências o pessoal afecto a DGCI (mais concretamente ao serviço de inspecção tributária e aos fiscais de impostos) poderão examinar os arquivos de repartições públicas e de autarquias locais, de pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, bem como os livros e documentos dos contribuintes para assegurar o correcto cumprimento da lei no que tange a liquidação e cobrança dos impostos.

As autoridades civis e militares deverão prestar aos funcionários de finanças todo o auxílio que estes lhes requererem para efeitos de fiscalização a seu cargo. (Artigo 78º RIUR)

DGCI foi instituída pelo Decreto-lei nº 64/92 de 5 de Julho, e é o departamento governamental que agindo na dependência do Ministério das Finanças e Planeamento de Cabo Verde, tem a competência para desenvolver uma serie de actividade relacionados com a liquidação e colecta de impostos nomeadamente o Imposto Único sobre os rendimentos das Pessoas Colectivas.

CAPITULO II - O PLANEAMENTO, A FRAUDE E A EVASÃO FISCAL

2.1 - O planeamento fiscal

O desenvolvimento, marcado pela internacionalização das relações económicas, pelo aumento da competitividade, fazem com que a realização do planeamento seja cada vez mais imprescindível para as organizações que operam num contexto de mudanças rápidas e portanto, de maior incerteza.

Sendo uma das funções administrativas (Planear, Organizar, Dirigir e Controlar), o planeamento consiste em delinear os objectivos de uma empresa, ou seja, os resultados que espera vir a ter, levando em consideração a análise tanto do seu meio interno como externo, estes enquadrados num contexto e orientação estratégica.

De entre as várias formas de planeamento, destacamos o realizado com vista a redução da carga fiscal, fazendo uso de meios lícitos ou seja, o planeamento fiscal, também designado, segundo alguns autores, como gestão fiscal, engenharia fiscal ou optimização fiscal.

De acordo com Fabretti (2005)⁵, o planeamento fiscal, “é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e económicos e as alternativas legais menos onerosas.”

Oliveira *et al* (2005)⁶ referem-se ao planeamento fiscal como sendo “*uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo*”. Acrescentam ainda que “*Trata-se do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e económicos de determinada decisão gerencial, com o objectivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte.*”

⁵ Citado por Alice Rhoden (2006), *Lucro Real X Lucro Presumido: Planeamento tributário em uma empresa de construção civil*. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis (p. 59).

⁶ Citado por Alice Rhoden na obra referida (p. 58).

Borges (2002)⁷, por sua vez, considera que o planeamento fiscal “é uma técnica que projecta as operações, visando conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são aplicáveis, para, em seguida, adoptar aquela que possibilita emprego de procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal”.

Conforme Alexandre (2009, citado por Ferraz, Oliveira e Santos, 2011 p. 32) o planeamento fiscal “encontra guarida no ordenamento jurídico, visto que ninguém pode ser obrigado a praticar negócio jurídico da maneira mais onerosa”.

Para Malkowski (2000 citado por Santos, 2009) o planeamento fiscal “é o processo de escolha de acção ou omissão lícita, não simulada, anterior à ocorrência do facto gerador, que vise, directa ou indirectamente, economia de tributos.”

Podemos verificar então que só se pode falar em planeamento fiscal quando a redução do tributo é feita com respeito a um quadro legal existente, tratando-se assim de uma medida preventiva, ou seja, realizada (planificada) antes da ocorrência do facto gerador do imposto.

Nesta conformidade, considera-se que o responsável pela realização do planeamento deverá conhecer a legislação vigente no país, as normas contabilísticas e a legislação fiscal, e bem assim verificar a melhor forma de aplica-las na entidade em causa, de modo a diminuir, evitar ou retardar a obrigação fiscal pois, segundo Fabretti citado por Soares (2011, p.118) (2009) “o perigo do mau *planeamento* é redundar em evasão fiscal, que é a redução da carga tributária “descumprindo” determinações legais, classificadas como crime da sonegação fiscal”. Do mesmo modo, Martinez (1984)⁸ refere que “entre o legal e o ilegal não há uma ruptura, mas sim uma continuidade”, pois não raras vezes torna-se difícil dizer “onde termina a habilidade e começa o pecado da fraude”⁹.

Podemos, portanto concluir que o planeamento fiscal é a forma lícita e segura de reduzir os custos fiscais que por sua vez, podem afectar a lucratividade de uma empresa pondo em causa a sua sustentabilidade a longo prazo.

⁷ Citado por Paulo Hazan (2004), *Planeamento tributário: Lucro Real X Lucro Presumido*. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis (p. 38).

⁸ Citado por Nuno de Sá Gomes, *Manual do Direito Fiscal*, vol. II, 12ª ed. (2003). Lisboa: Rei dos Livros. (p. 344)

⁹ Segundo Beltrame (1987), citado por Nuno de Sá Gomes (p. 344)

É de notar ainda que os fundamentos do planeamento fiscal encontram-se na própria lei, cabendo assim ao contribuinte procurar de entre as alternativas, queridas ou estabelecida pelo legislador, as que melhor se adequam aos seus interesses e objectivos, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo.

Convém ainda realçar que as decisões ou as medidas adoptadas no sentido de reduzir a carga fiscal não devem ser vistas como uma actividade isolada mas antes enquadradas no plano estratégico das empresas pois só assim o planeamento fiscal poderá constituir-se num instrumento que propicia a criação de valor para a empresa e que auxilia aquando do processo de tomada de decisões.

Esta posição foi assumida por Manuel Pereira, na sua obra intitulada Fiscalidade ao referir que o planeamento (gestão) fiscal “caracteriza-se por uma postura activa por parte do contribuinte que procura inserir a variável fiscal nas suas decisões e, assim, normalmente minimizar a factura fiscal que sobre ele recai, desde que isso reflecta em aumento do rendimento após impostos”.

Quer isto dizer que o planeamento fiscal não é realizado apenas tendo em vista a redução da factura fiscal (embora isso aconteça na maioria das vezes) pois, em determinadas situações, este objectivo não é compatível com a estratégia adoptada pela empresa. No entanto, nada impede que a vertente fiscal esteja enquadrada nesta estratégia (Pereira, 2005, p.387).

Noutros casos ainda, a realização do planeamento fiscal não se resume a redução dos impostos a pagar, mas antes de “gerir a liquidação e o pagamento desses impostos de forma mais vantajosa para a empresa, designadamente do ponto de vista financeiro” (Pereira, 2005, p.387).

Como podemos ver, a realização do planeamento fiscal não se resume ao não pagamento dos impostos, mas antes, traduz-se num instrumento ao serviço dos gestores que possibilita a adopção de medidas que, integradas na estratégia da empresa, conduzem a minimização dos custos, escolhas de alternativas estratégicas adequadas e economicamente viáveis, maximização da rentabilidade e redução dos riscos.

Um exemplo pode ser a própria forma de financiamento de determinados investimentos. Partindo do princípio de que a entidade não tem dificuldade em aceder a créditos bancários pode, perfeitamente, financiar determinados recursos (duradouros) com capital alheio na medida em que o juro é ainda hoje aceite como um gasto fiscal independentemente da sua dimensão.¹⁰

Considera-se ainda que os aspectos fiscais das empresas devem ser incluídos na sua gestão global tendo em conta que nunca se deve por em causa qualquer grau de eficiência da gestão para reduzir a carga fiscal, uma vez que tal atitude pode ter efeitos negativos na gestão global.

Lourenço (2000, p. 164) refere que a “utilização da legislação fiscal, através de uma interpretação adequada, não é um ilícito fiscal, antes pelo contrário, constitui uma gestão eficiente que deve ser perseguida por todos os agentes económicos sujeitos a tributação”.

O mesmo autor acrescenta ainda que o planeamento ou gestão fiscal “deve ser considerada como um acto normal de gestão, devendo para isso, ser assumida dentro do campo da estrita legalidade, sem interpretação tendenciosa e com respeito pelos princípios definidos pela doutrina e pela jurisprudência”.

Neste sentido, considera-se que a interpretação abusiva da lei ou o aproveitamento das lacunas da mesma estão fora do âmbito de um adequado planeamento fiscal, compreendendo assim que as principais modalidades de planeamento fiscal são as exclusões tributárias, os benefícios fiscais e as alternativas fiscais¹¹.

2.2 - Planeamento fiscal versus Manipulação dos resultados

Considerando o que foi dito no ponto anterior gostaríamos de rematar o assunto acrescentando algumas considerações relativas a procedimentos muitas vezes utilizados como meio para

¹⁰ Provavelmente e a considerar os termos do Código do IUR-PC actualmente em discussão publica esta realidade poderá alterar a partir de determinados limites.

¹¹ De acordo com Manuel Pereira, *Fiscalidade*

manipular os resultados, que em nosso entendimento consubstancia um acto de evasão fiscal.

Normalmente a manipulação dos resultados é realizado visando proporcionar uma imagem boa ou má da situação financeira de uma organização ou ainda com o objectivo de conferir uma imagem que proporciona maior estabilidade a organização. Este processo é realizado aproveitando-se das omissões, flexibilidades ou das ineficiências das normas contabilísticas para alterar propositadamente as DF's e é geralmente denominado por contabilidade criativa.

Geralmente nos países mais desenvolvidos, em que a concorrência é mais expressiva e há um grande número de empresas cotadas na bolsa, os resultados podem ser manipulados devido a preocupação em elevar a cotação bolsista, atrair novos investidores ou até mesmo onde os gestores são avaliados em função dos resultados obtidos, esta prática é também usual.

No entanto, em países como o nosso, em que a contabilidade é fortemente influenciada pela fiscalidade, os resultados passam a ser alterados visando a redução do montante dos impostos a pagar ou ainda como forma de atrair financiamento.

As empresas ao preparar as demonstrações financeiras estabelecem políticas que devem ser utilizadas de forma consistente no exercício desta tarefa. Assim, o resultado obtido e divulgado nas demonstrações financeiras são também reflexos destas políticas. Uma entidade ao estabelecer que os seus activos fixos são depreciados pelo método de quotas constantes está directamente a influenciar os resultados. É certo que o estabelecimento de políticas deve ser feito em estrito respeito aos sãs princípios e regras contabilísticas devendo, portanto, conduzir a resultados que traduzem uma imagem fiel da posição financeira e económica da entidade no momento de relato.

Nem sempre isto acontece.

Há determinadas gerências que querendo um determinado nível de resultados tente jogar com artificies contabilísticas para atingir determinados fins. Isto consegue-se reconhecendo

(ou deixando de reconhecer) certas provisões, alterações de valores de determinados activo e ainda eventuais perdas por imparidade. Embora esteja estabelecida na legislação fiscal quando estes devem (ou não) ser aceites para a formação da base tributável, com frequência, e fazendo fé em opiniões de profissionais da área em São Vicente, actos desta natureza acabam por passar no processo de fixação da matéria colectável.

Embora respeitando opiniões contrária, para nós, isto configura uma manipulação de resultados e portanto não se enquadra no processo de planeamento fiscal. Isto porquê o PF difere da manipulação dos resultados enquanto o ultimo constitui de facto uma alteração do resultado contabilístico e bem assim das DF's no seu todo. No PF o objectivo é apenas modificar o resultado que serve de base para o cálculo do imposto de forma licita e sem alterar as demonstrações contabilísticas.

2.3 - Fraude e evasão fiscal

Fraude pode ser entendida como um esquema ilícito ou de má-fé criado para obter determinados ganhos pessoais.

O contribuinte pode recorrer a várias alternativas no sentido de reduzir, retardar ou mesmo evitar o pagamento de impostos. A questão que se coloca é que nem todas estas formas de actuação são consideradas lícitas e legítimas. Para alguns entendidos na matéria a fraude fiscal é tida como uma violação à lei e a evasão fiscal (elisão fiscal conforme a denominação de alguns autores) considerada como sendo uma prática lícita.

Sendo certo que nem todas as condutas levadas a cabo pelo contribuinte no sentido de reduzir a sua factura fiscal são consideradas lícitas, pode-se verificar que a doutrina não é unanime na distinção de evasão e elisão fiscal. Alguns autores defendem que elisão fiscal corresponde à economia lícita de tributos, enquanto a evasão fiscal está associada à prática de actos ilícitos. De acordo com Gomes (2003, p. 343) a evasão fiscal “compreende todos os procedimentos adoptados pelo contribuinte com o intuito de, sem violação da Lei, minimizar o valor dos impostos que lhe cabem”.

Nesta conformidade, o planeamento fiscal é visto como uma forma sofisticada de evasão fiscal pois está implícito o direito que assiste a cada contribuinte de arrumar o seu negócio, o seu modo de vida e o seu património de forma a reduzir, retardar ou evitar o pagamento do imposto, sem transgredir a lei pois “ninguém é obrigado a pagar mais do que a lei exige” (Gomes, 2003).

De entre os comportamentos levados a cabo pelo contribuinte e que propiciam a redução da carga fiscal, sem infringir a lei, o autor destaca: (i) renúncia à situações fiscalmente onerosas; (ii) aproveitamento das lacunas da lei; (iii) exploração da territorialidade da legislação fiscal.

Tal como Gomes (2003), Ricardo Lobo Torres (2000)¹² também considera que a evasão fiscal comporta os actos lícitos e define a elisão fiscal como sendo “a economia de imposto obtida pela prática de um ato revestido de forma jurídica que não subsume na descrição abstracta da lei”.

Hugo de Brito Machado (2001)¹³, considera a evasão como a conduta lícita e elisão à conduta ilícita, e acrescenta ainda que “elidir é eliminar, ou suprimir, e somente se pode eliminar, ou suprimir, o que existe”. Nesta conformidade entende-se que nestes casos o facto gerador do imposto ocorre e o contribuinte procura não dá-lo a conhecer a Administração Fiscal, na ânsia de fugir à tributação.

Opinião contrária tem Fabretti (2009, citado por Ferraz, Oliveira e Sousa, p. 33) pois entende que, “elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adoptando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se de lacunas da lei”.

Na mesma linha de raciocínio, Alexandre (2009, citado por Ferraz, Oliveira e Sousa, p. 33) afirma que a evasão normalmente ocorre após a ocorrência do facto gerador, pratica actos que visam a evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal.

¹² Citado por Melina Lukic na obra citada (2012, p.28)

¹³ Citado por Melina Lukic na obra citada (2012, p.28)

De acordo com Souza (2008, p. 2) o Prof. Martinez realça que “a evasão fiscal consiste em toda acção consciente, espontânea, dolosa ou intencional do contribuinte através de meios ilícitos para evitar, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento do tributo devido, não se configurando em hipótese alguma com o planeamento tributário lícito”.

Por outro lado, o mesmo autor realça ainda que a elisão fiscal é “uma conduta lícita do contribuinte antes da ocorrência do fato gerador, que ele pratique sem que esteja revestida de nenhuma prática simulatória, com a qual ele obtenha uma menor carga tributária legalmente possível”. Assim sendo, “representa a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimos, éticos, para reduzir, eliminar ou postergar a tipificação da obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade do planeamento tributário”.

Sem colocar em causa a ilicitude da evasão fiscal, Saldanha Sanches (2006, p. 21) contraria a posição de alguns autores ao referir que o planeamento fiscal ilegítimo (evasão fiscal), definido como sendo “qualquer comportamento de redução indevida, por contrariar princípios ou regras do ordenamento jurídico-tributário, das onerações fiscais de um determinado sujeito passivo”, divide-se em fraude fiscal e fraude a lei fiscal (elisão fiscal).

De acordo este autor, utiliza-se o termo elisão fiscal¹⁴ “para designar os comportamentos que consistem em contornar a lei fiscal, sem expressamente a infringir”. O mesmo acrescenta ainda que trata-se de comportamentos que “ não violam um qualquer dever de cooperação, mas ainda assim não são desejados pelo legislador por visarem manifestamente ladear o ordenamento jurídico-tributário para conseguir um objectivo oposto aos valores que o estruturam”.

Não obstante a falta de consenso em relação aos conceitos de elisão e evasão fiscal, a doutrina maioritária associa a elisão à prática de actos que estão em conformidade com a lei, enquanto a evasão fiscal associa-se a prática de actos ou negócios jurídicos ilícitos¹⁵.

¹⁴ O autor também designa por fraude à lei fiscal, evitação abusiva de encargos fiscais, ou por evitação fiscal abusiva.

¹⁵ Seguindo a doutrina maioritária, sempre que fizermos referencia a evasão fiscal estaremos a referir-mo-nos aos actos ilícitos enquanto que na elisão fiscal referimo-nos a economia lícita dos custos fiscais.

Seguindo estes preceitos, pode-se dizer que a elisão fiscal embora seja considerado um acto lícito, não é desejado pelo legislador fiscal pois traduz-se no aproveitamento das lacunas da lei, ou seja, das ineficiências do sistema.

A este respeito, Sousa (2006, p.46) questiona: qual o tratamento a dar ao comportamento do contribuinte que, ao abrigo do princípio geral da liberdade e sem violar directamente qualquer norma fiscal, monta uma arquitectura negocial complexa, tendo por único objectivo reduzir ou diminuir o pagamento do imposto?

Relativamente a fraude fiscal, a doutrina é unanime ao considera-la como sendo uma pratica que, tentando a redução ou ao não pagamento de impostos, viola abertamente a lei, sendo que, alguns autores defendem que constitui a forma mais grave de evasão fiscal.

Gomes (2003, p. 341) define a fraude fiscal como sendo “uma infracção à Lei cometida com o objectivo de escapar à tributação ou de lhe reduzir o montante”.

Para que se possa considerar a prática da fraude fiscal, é preciso que as seguintes condições sejam verificadas: a transgressão da legalidade e a própria intenção de fugir, total ou parcialmente, à tributação.

A primeira condição permite distinguir a fraude fiscal do planeamento fiscal e outras formas lícitas de reduzir a factura fiscal e a segunda, demonstra que não se está perante um erro mas sim uma tentativa consciente de defraudar a Administração Fiscal (Gomes, 2003).

Sanches (2006, p.22) refere-se a fraude fiscal como sendo o “comportamento que viola um qualquer dever de cooperação do sujeito passivo, ao qual corresponde uma sanção penal ou contra ordenacional”.

Em conformidade com Gomes (2003, p. 342) a fraude fiscal pode assumir três formas principais:

- Dissimulação material – de acordo com o autor está é a forma mais incipiente de fraude fiscal e ocorre quando o contribuinte, que por lei é dispensado de ter contabilidade organizada, omite ou falseia a declaração dos rendimentos que detém;

- Dissimulação contabilística – neste caso a minimização do lucro tributável faz com recurso a procedimentos ilícitos tendentes tanto para o aumento dos gastos ou para a redução dos rendimentos.
- Dissimulação jurídica – traduz-se nos casos em que uma situação real assume uma aparência jurídica diferente e que do ponto de vista fiscal figura-se menos onerosa.

Em Cabo verde, embora a fraude fiscal não seja um assunto muito debatido, foi realçado pela Ministra das Finanças a existência de casos de fuga e evasão fiscal no país através da criação de “empresas fantasmas” que se destinavam “a produzir facturas fictícias para empolar os montantes a serem reembolsados em sede do IVA”. Apesar disto é comum ouvir (com ou sem fundamento) comentários catalogando o contribuinte nacional com um “fugidor” de pagamento de imposto.

2.3.1- Causas da fuga aos impostos

De acordo com Gomes (2003) considera-se que as causas da fuga ao imposto são: causas económicas, causas psicológicas e causas técnicas. Pereira (2005, p.404) por sua vez realça que, para além destas, a fuga ao imposto pode ainda ser justificada por razões políticas. Assim temos:

Causas políticas

Como referimos anteriormente, o produto dos impostos são utilizados na satisfação das necessidades colectivas e ainda e constituem um importante instrumento de política social e económica ao permitir a redistribuição da riqueza e de redução das desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que quando o contribuinte percebe que os gastos públicos estão mal orientados ou que as políticas prosseguidas com os impostos são orientadas por finalidades que não compreendem ou ainda que não beneficiam a todos, o contribuinte acredita que a fuga ao imposto é legitimada pelas próprias políticas seguidas, que não são consideradas neutras nem tão pouco equitativas.

Causas económicas

O comportamento dos contribuintes face ao pagamento dos impostos tende a ser ditado pela ponderação dos custos e dos benefícios, ou seja o contribuinte estará disposto a praticar a fraude fiscal quando o valor dos benefícios esperados supera o valor das penalizações esperadas. Por outro lado, dado ao impacto dos impostos nos diferentes momentos, considera-se que a fuga ao imposto é mais tentadora nos períodos de recessão do que nos de expansão.

Neste caso, atendendo aos aspectos económicos pode-se dizer que a fuga ao imposto passa a ser justificada pela situação socio económica do contribuinte e pela própria conjuntura económica.

Causas psicológicas e morais

Pode-se dizer que o Homem tem uma predisposição inata para fugir ao fisco. Isso acontece não apenas por não receber nenhuma contrapartida directa pelo pagamento dos impostos, mas sobretudo por reconhecer que tal prática traduz-se numa redução da sua riqueza.

Ainda é de referir que os crimes fiscais não são considerados pela sociedade como sendo uma conduta reprovável, mas antes admirável, o que de certa forma acaba por inviabilizar as sanções previstas para estes tipos de crime.

Causas técnicas

Os sistemas fiscais têm sofrido alterações ao longo dos anos e pode-se dizer que a dinâmica dos mesmos é susceptível de fomentar a fuga ao imposto de diversas formas, pois cada vez mais requer-se que gerem receitas e que o façam com justiça fiscal.

Para atingir estes objectivos cada vez mais são criadas normas fiscais que por vezes apresentam-se complexas e de difícil compreensão, o que aumenta a propensão para a fraude fiscal. Também pode-se referir que a falta de uma política de controlo eficaz no combate a fraude fiscal ou de práticas de cobrança coerciva que não favorece a cobrança de todos os impostos devidos justificam a prática da fuga ao imposto.

2.3.2- Consequências da fuga ao imposto

Sendo uma prática a ilícita considera-se que as consequências da fuga ao imposto acabam por afectar a todos pois causa enormes prejuízos no sistema empresarial, no próprio Estado o que por conseguinte afecta toda a sociedade. Está prática para além de colocar em causa a solidez financeira do Estado e a prossecução dos objectivos, perturba o normal funcionamento da economia e coloca em causa o princípio de igualdade tributária

Considera-se que a primeira consequência lógica da fuga ao imposto é a subtracção aos cofres públicos de valores que, dependendo da situação económica do país podem colocar em causa o desenvolvimento da política orçamental, e afectar as finanças publicas. As formas mais usuais de combater a falta de recursos financeiros motivada pela fraude e evasão fiscal é o aumento do endividamento e ou a redução de investimentos e do alcance da política económico-social, ou por outro lado aumento da carga fiscal.

Está última alternativa realça uma das principais consequências da fuga aos impostos que é a violação do princípio de igualdade tributária, ou seja a fuga ao impostos não pode diminuir o montante de receitas de que o Estado necessita para garantir o seu normal funcionamento. Desta forma, a tendência é sobrecarregar os contribuintes que cumprem com as suas obrigações, na tentativa de recuperar as receitas perdidas em função da fraude e evasão fiscal.

A fuga ao imposto afecta também o normal funcionamento da economia pois provoca a concorrência desleal, incentiva o investimento para os sectores económicos onde a fraude e evasão fiscais sejam mais fáceis, entre outros.

Mais uma consequência grave da fraude e evasão fiscal ocorre quando os contribuintes caem na tentação de não entregar ao Estado os impostos arrecadados de terceiros e ainda de pedir o reembolso de impostos que nunca deram entrada aos cofres públicos.

CAPITULO III - O SISTEMA TRIBUTÁRIO EM CABO VERDE

3.1- Enquadramento e suporte constitucional.

O sistema fiscal é segundo Pereira (2011), um conjunto de impostos existentes em determinado espaços regulados por normas que irão disciplinar a sua criação e cobrança.

Os fundamentos do sistema fiscal estão prescritos na Constituição da Republica de Cabo Verde (CRCV), no seu artigo 93º onde se pode verificar que “O sistema fiscal de Cabo Verde é estruturado com vista a satisfazer as necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas, realizar os objectivos da política económica e social do Estado e garantir uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza”.

Uma das alternativas para que o Estado possa satisfazer as suas necessidades financeiras e bem assim garantir a prossecução dos seus fins de utilidade colectiva é através da arrecadação de tributos, principalmente dos impostos.

Assim sendo, a CRCV no mesmo artigo refere ainda que “os impostos são criados por lei, que determina a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes”. Nesta conformidade garante ainda que “ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição ou cuja liquidação e cobrança se não façam nos termos da lei”. Estes preceitos fazem referência ao princípio da legalidade tributária que também é retomado no artigo 7º do Código Geral Tributário – CGT- (Lei nº 47/VIII/2013 de 20 de Dezembro).

A CRCV no seu artigo 93º ainda faz referência ao princípio da não retroactividade das leis fiscais ao referir que “a lei fiscal não tem efeito retroactivo, salvo se tiver conteúdo mais favorável para o contribuinte”. Acrescenta ainda que “aprovado o Orçamento de Estado para um determinado ano económico-fiscal, não será possível alargar a base de incidência nem agravar a taxa de qualquer imposto”.

Com estas medidas pretende-se fazer com que o sistema fiscal, de uma certa forma, possa ser estável e previsível e bem assim garantir a certeza e segurança jurídica.

3.2 - O sistema fiscal cabo-verdiano e a sua reforma

De acordo com a Ministra das Finanças Cabo Verde tem vindo, desde de 2008 a introduzir profundas reformas no sistema fiscal Caboverdiano tornando-o eficiente e em si próprio um instrumento catalisador de investimentos externos.

A realização das primeiras eleições democráticas realizados no país em 1991, o Governo reconheceu, através da Resolução nº 6/II/91 publicado no Boletim Oficial nº 31 de 8 de Agosto de 1991, que “o sistema financeiro cabo-verdiano, na sua configuração actual, encontrava-se desfasado das necessidades de desenvolvimento do país, pois, encontrava-se nitidamente desajustado, sendo imperioso uma Reforma Fiscal”.

Durante a década de 90 e primeiros anos do século XXI foi estabelecido diversas leis com relevância fiscal onde podemos destacar:

Em 1992-93, foram aprovados o Código Geral Tributário (Lei nº 37/IV/92, de 28 de Janeiro) e o Código de Processo Tributário (pelo Decreto-Lei nº 19/93 de 29 de Março) estabelecendo deste modo os princípios e regras fundamentais do sistema tributário cabo-verdiano.

Ainda em 1992 foi introduzido o Número de Identificação Fiscal (NIF) pelo Decreto-Lei nº 34/92, de 16 de Abril.

Impostos sobre rendimento em 1995-96, através da Lei nº 127/IV/95. A regulamentação desta lei aconteceu em, 1996, ano apartir do passou avigorar o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) pelo Decreto-Lei nº 1/96-.

A reforma dos impostos sobre o património deu-se em 1999, com base no Decreto-Lei n.º 18/99 de 28 de Abril, que aprovou o regulamento do Imposto Único Sobre o Património (IUP).

A Lei da Tributação Sobre a Despesa foi aprovada pela Assembleia Nacional através da Lei n.º 14/VI/2002, de 19 de Setembro, acabando por entrar em vigor em Julho do mesmo ano, introduzindo assim o IVA. Igualmente entrou em vigor um novo imposto sobre consumos especiais e uma nova pauta de importações~.

Estas leis estabelecidas num contexto económico e empresarial completamente diferente mostram-se hoje completamente desajustadas, razão pela qual o Governo, no dizer da Ministra das Finanças tem vindo, desde de 2008, a proceder uma profunda reforma fiscal estribado nos seguintes eixos:

- Reformatação do código do Imposto de Selo (em 2008) descontinuando a situação de dupla tributação para alguns produtos em sede do IVA e do Imposto de Selo;
- Reformulação e adaptação dos códigos do processo tributário e das execuções fiscais (em 2012);
- Reunião num único código todos os benefícios fiscais até então dispersos em varias leis o que dificultava enormemente a aplicação das mesmas. O código começou a produzir efeito a partir de 2013;
- Revisão profunda do Regulamento do IVA (transformando em Código) e pela primeira vez introduzir em Cabo Verde as declarações electrónicas. O código do IVA produz efeito a partir de Janeiro de 2014;
- E por ultimo (que se espera ainda ser aprovado no decorrer deste ano) a revisão e adaptação do regulamento do IUR ajustando a nova realidade económica e empresarial.

Com estas reformas o sistema fiscal pode ser caracterizado pela existência dos seguintes impostos:

O imposto único sobre rendimentos (IUR) - são sujeitos passivos do IUR todas as pessoas singulares ou empresas que obtenham rendimentos no território nacional.

IUR-PS – incide sobre todos os rendimentos obtidos pelas pessoas singulares, residentes ou não residentes, em Cabo Verde. A taxa de IUR é progressiva, variando entre 15% e 35% para os titulares de rendimentos do trabalho dependentes.

IUR-PC – São sujeitos passivos do IUR (PC) - Imposto Único sobre Rendimentos (Pessoas Colectivas e Equiparadas), as sociedades nacionais ou estrangeiras, as empresas públicas e demais pessoas colectivas de direito público ou privado com sede ou direcção efectiva em território cabo-verdiano.

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – incide sobre as transmissões de bens, as prestações de serviços efectuadas a título oneroso e as importações de bens, englobando todas as actividades económicas, de natureza comercial, industrial ou profissional, obedecendo ao princípio do destino, ou seja, tributando as importações e isentando as exportações.

Alem deste imposto ainda podemos contar vários outros, mas com menor peso na arrecadação de receitas para o Estado. Estes foram já referidos neste documento.

3.3 - O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

Os princípios gerais de tributação dos rendimentos encontram-se preconizados no Regulamento do IUR (Lei nº 127/IV/95, de 26 de Junho), que realça o seguinte:

- A reforma da tributação do rendimento obedecerá aos princípios da equidade, eficiência e simplicidade, devendo facilitar o cumprimento das obrigações fiscais e contribuir para a realização de objectivos de promoção do desenvolvimento económico e da realização da justiça social no Estado de Cabo Verde.

- O imposto único sobre os rendimentos (IUR), na tributação dos rendimentos pessoais, visará a diminuição das desigualdades e será único e progressivo tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar.
- A tributação das empresas incidirá fundamentalmente sobre o rendimento real.
- Não estão sujeitos ao IUR os rendimentos de capitais consistindo na tributação de lucros sob qualquer forma, incluindo os apurados na liquidação de sociedades e de organismos de investimento colectivo.

Como fizemos referência no ponto anterior este regulamente está presentemente em análise prevendo que ainda no decorrer do presente ano seja substituído dando lugar a dois códigos completamente autónomos: Código do IUR –PS e código do IUR –PC.

O método de tributação depende do enquadramento inicial do sujeito passivo. O RIUR prevê os seguintes enquadramentos: (i) método de estimativa (basicamente para pequenos contribuintes que não têm e nem são obrigados a ter a contabilidade organizada); (ii) Método declarativo, basicamente para as pessoas singulares e (iii) método de verificação para as empresas e equiparadas. Para estes últimos o imposto é liquidado com base numa matéria colectável, sendo este resultante do resultado contabilístico corrigido para efeitos fiscais. O regulamento estabelece as condições em que o ajustamento deve processar. No âmbito do nosso trabalho preocupamos exclusivamente com os contribuintes que se enquadram na última categoria.

O artigo 2º do RIUR, estabelece que os sujeitos passivos do IUR-PC são “as sociedades nacionais ou estrangeiras, comerciais ou civis, (...), as empresas públicas e demais pessoas colectivas de direito público ou privado com sede ou direcção efectiva em território caboverdiano”.

As empresas ou entidades equiparadas, não residentes com estabelecimento estável e que não tenham sede, direcção efectiva ou domicílio fiscal em Cabo Verde estão sujeitos ao IUR pelos rendimentos aí obtidos.

As taxas de tributação são de 25% no método de verificação e de 15% no método de estimativa.

3.4 - A formação do resultado fiscal

O resultado fiscal, determinado em conformidade com as regras fiscais, é obtido a partir do resultado contabilístico, ao qual é acrescido ou deduzido correcções de natureza fiscal.

Nesta conformidade, é de realçar que enquanto o resultado contabilístico divulgado nas Demonstrações Financeiras que são preparadas e elaboradas tendo por base os Princípios e bases estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro – SNCRF- o resultado fiscal que serve de base ao apuramento do imposto sobre o rendimento das empresas é determinado em conformidade com as regras e os procedimentos fiscais estabelecido em documentos já referidos.

Tendo por base o resultado contabilístico, em Cabo Verde, o apuramento do resultado fiscal é feito através de correcções extra contabilísticas. Estas correcções devem ser claramente identificadas no modelo declarativo 1B, que de acordo com o artigo 26º do RUIR, é o instrumento adequado para se fazer a “demonstração do resultado fiscal”¹⁶:

Na prática o processo pode resumir da seguinte forma:

- Leitura do dossier declarativo que além do modelo 1B deve incluir vários outros documentos (estabelecido no artigo 59º do referido regulamento), nomeadamente:
(i) conjunto completo de demonstrações financeiras, (ii) balancetes de verificação da razão geral (antes e depois das regularizações, (iii) mapa de depreciação do activos fixos tangíveis e dos activos intangíveis, (iv) acta de aprovação das contas etc.;

¹⁶ Embora o RIUR utiliza a expressão “Lucro Tributável”, utilizaremos “Resultado fiscal” que de acordo com Caiado, Viana e Madeira, é mais abrangente, pois capta os resultados fiscais positivos (lucro tributável) e os resultados fiscais negativos (prejuízo fiscal)

- Analise das contas de resultados para identificar gastos e rendimentos que não são aceites para a formação da matéria colectável. Os gastos não aceites são adicionados aos resultados e os rendimentos deduzidos;
- Com isto se apura o resultado fiscal (podendo ser positivo ou negativo);
- A base tributável é obtida considerando o lucro fiscal deduzido dos benefícios fiscais, do reporte de prejuízos de período anteriores, etc.
- O imposto é liquidado aplicando uma taxa (actualmente como fizemos referencia de 25%) à base tributável.

De forma resumida indicamos os principais gastos e rendimentos (custos e perdas na terminologia do regulamento) que não são (ou não devem ser) aceites para efeito do apuramento do lucro fiscal:

- b) As reintegrações e amortizações efectuadas, na parte em que as respectivas importâncias excedam as que se obtêm fazendo incidir as taxas aplicáveis sobre o valor de aquisição ou, na falta, sobre outro valor contabilístico devidamente justificado e aceite pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos;
- c) As reintegrações e amortizações dos elementos patrimoniais que, ainda não reintegradas ou amortizados, tenham excedido o período máximo de vida útil, ressalvando-se os casos de inactividade ou outros especiais, quando devidamente justificados e aceites pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos;
- d) As reintegrações de imóveis, sujeitos a contribuição predial, na parte em que as respectivas importâncias excederem as que se obtêm fazendo incidir as taxas aplicáveis sobre o produto resultante do rendimento colectável por 20, no exercício que digam respeito;
- e) As provisões (hoje entendidas com imparidades) não expressamente prevista no artigo 38º do RIUR e as importâncias que ultrapassem os limites legais;

- f) As despesas de representação escrituradas a qualquer título, e ainda que devidamente documentadas, na parte em que a Direcção Geral das Contribuições e Impostos as repute exageradas;
- g) O imposto único e a contribuição autárquica;
- h) As importâncias de multas e demais encargos pela prática de infracções fiscais, bem como as indemnizações pela verificação de eventos cujo risco seja segurável.

Outras leis identifiquem ainda outros gastos e rendimentos que não são considerados para a formação do lucro fiscal. É o caso dos rendimentos (dividendos) obtidos noutras empresas.

3.5 - A liquidação e o pagamento do imposto

Nos termos do artigo 81º do CGT “a liquidação traduz-se no apuramento do valor do tributo em dívida e pressupõe a determinação da matéria tributável, sendo efectuada pela administração tributária, através da liquidação administrativa, ou pelo contribuinte, através da autoliquidação”. Por outras palavras pode-se dizer que a liquidação do IUR-PC consiste no apuramento da quantia do imposto a pagar através da aplicação da taxa legal em vigor à matéria tributável.

A liquidação do IUR ocorre no ano seguinte aquele a que os rendimentos respeitam e é da competência dos serviços centrais da DGCI. No entanto, tratando-se dos contribuintes do método de verificação (empresas e entidades equiparadas), a liquidação pode ser efectuada pelo próprio contribuinte (autoliquidação), querendo, na declaração modelo I B quando esta for apresentada no prazo legal ou pela repartição de finanças (liquidação administrativa) nos restantes casos (artigo 64º do RIUR).

O processo de liquidação e cobrança ocorrem em vários momentos ao longo do ano:

- Em Janeiro e tendo por base as contas do período anterior a Administração faz uma liquidação provisória (que deve ser pago durante o mês). O valor corresponde a 30% do imposto apurado no ano anterior;
- Em Maio o contribuinte faz a declaração dos rendimentos (por via do modelo 1B com fizemos já referencia) e na data faz uma autoliquidação, normalmente equivalente a 50% do lucro fiscal apurado pelo contribuinte;
- Em Agosto (e depois de terem analisado as contas, solicitado informações adicional e apurado a base tributável) a DGCI, por via da repartição de finanças da sede do contribuinte comunica a fixação da matéria colectável e o imposto liquidado. Nesta data é deduzido os pagamentos por conta (efectuados em Janeiro e Maio) e pago a diferença que resulta dos resultados afixados tendo por base a informação contabilística do contribuinte.

Com a aprovação dos novos códigos é possível que algumas coisas sejam alteradas neste domínio.

E portanto, é fundamental que a contabilidade seja preparada com rigor técnico e reúne todas as características que dêem utilidade a informação divulgada.

É de realçar que quando a colecta resultante for igual ou inferior a 500\$00 não se procede a qualquer liquidação.

3.6 - Os benefícios fiscais

3.6.1 – Aspectos gerais

Com o intuito de desenvolver determinados sectores económicos, regiões, ou ainda proporcionar o desenvolvimento da economia, o Estado, normalmente, faz uso dos

instrumentos de política económica. Uma forma de conseguir estes objectivos é por via de concessão de Benefícios Fiscais (BF) ou seja, medidas excepcionais, adoptadas pelo Estado que visam certos objectivos económico-sociais ou outras finalidades que expliquem o seu carácter excepcional.

Reconhecendo a importância destes instrumentos para o desenvolvimento socioeconómico do país, foi aprovado o Código de Benefício Fiscal (CBF) através da Lei 26/VIII/2013 de 21 de Janeiro. Este código agregou as várias normas sobre os BF num único documento que facilitasse o conhecimento e a eficiência na aplicação dos mesmos, e bem assim reduzir a sua dispersão que para além de incómoda, comprometia a eficiência da aplicação das normas relacionadas aos BF.

De acordo com o Artigo 3º do CBF “ são considerados benefícios fiscais os desagravamentos fiscais que materialmente representam excepções ao princípio de igualdade tributária, fundamentados por superiores razões de política económica e social ou de outra natureza extrafiscal”, podendo apresentar-se nas formas de isenções, reduções de taxas, crédito de imposto, deduções à matéria colectável e à colecta, etc.

Os BF constituem excepções ao princípio de igualdade tributária pois representam casos em que “há capacidade contributiva e sujeição a imposto, mas por razões excepcionais e extrafiscais constitucionalmente relevantes, o legislador fiscal beneficia”. De acordo com Gomes (2000, p. 82), por se tratar de situações sujeitas a tributação os benefícios fiscais são considerados como despesas fiscais que devem ser quantificados e constar de relatórios que devem acompanhar as propostas de Orçamento do Estado.

Segundo Lourenço (2000), os BF são considerados um instrumento da Política Económica, devendo por isso obedecer a princípios e a regras claramente definidos, e salvaguardar a igualdade tributária e o equilíbrio do sistema tributário, evitando assim as distorções desnecessárias na tributação dos rendimentos e provocando excesso na despesa fiscal, consequentemente o aumento da carga tributária para os sujeitos passivos que não beneficiam dos incentivos.

Nesta conformidade pode-se dizer que, se por um lado a concessão dos BF está sujeita ao princípio da transparência, por outro lado, a utilização dos mesmos está sujeita ao princípio da responsabilidade, ambos previstos nos artigos 4º e 5º do CBF.

O princípio da transparência refere que o Estado deve divulgar publicamente todas as informações necessárias para que o contribuinte tenha conhecimento tanto dos benefícios concedidos bem como das razões políticas e económicas que motivaram a concepção de tais benefícios, o impacto financeiro associado aos mesmos, bem como a lista das pessoas colectivas às quais sejam concedidos BF. Cabe ainda divulgar na proposta de lei do Orçamento do Estado, despesa fiscal gerada pela concepção de BF.

Relativamente ao princípio de responsabilidade, é de referir que os contribuintes que gozem de BF ficam sujeitos a deveres reforçados de cooperação com a Administração Tributária. Nestes termos, os beneficiários ficam sujeitos a acções de fiscalização por parte da Administração Tributária para que se possa verificar se os pressupostos para a concepção dos BF estão a ser cumpridos, devendo o contribuinte prestar todas as informações necessárias a comprovação dos respectivos pressupostos.

O artigo 6º do CBF restringe o gozo dos benefícios consagrados no documento aos sujeitos passivos do IUR que, preenchendo os requisitos legais para o exercício da sua actividade e apresentando a sua situação fiscal e contributiva regularizada, cumpram os seguintes requisitos: (i) estar enquadrado em regime de tributação pela contabilidade organizada; (ii) utilizar a contabilidade organizada em conformidade com o sistema de normalização contabilística e de relato financeiro vigente em Cabo Verde; (iii) empregar exclusivamente o método de comunicação electrónica *online*, disponibilizado pela administração fiscal, para o cumprimento de suas obrigações fiscais; e (iv) não ser tributado por métodos indirectos.

Relativamente aos sujeitos passivos do IUR que não sejam tributados pelo regime da contabilidade organizada, apenas é permitido o gozo dos BF previstos nos artigos 20.º a 25.º, 32.º numero 2, 47.º, 48.º, 50.º a 53.º do referido código.

Pode-se dizer que os benefícios fiscais constituem uma forma legal de reduzir ou anular o montante do imposto a pagar, sendo por isso concedidos com o intuito de incentivar ou promover determinados comportamento dos agentes económicos em certos sectores de actividade ou regiões de modo a potencializar o crescimento económico, social e cultural do país, e bem assim aumentar a competitividade da economia.

Concordamos com Sousa (2006, p. 43) que diz “é evidente que por detrás da generosidade fiscal, encontrar-se-á, mais das vezes, a prossecução de finalidades económicas e sociais, que os privados previsivelmente não perseguirão sem aquele incentivo fiscal. Desta forma, privilegia-se a finalidade extrafiscal da tributação”. Assim, podemos concluir dizendo que um eficiente planeamento fiscal passa necessariamente pelo conhecimento e aplicação da lei devendo esta lei, no contexto cabo-verdiano merecer um estudo aturado e competente por forma a ser devidamente aplicado e dela retirada os respectivos “benefícios”

3.6.2 - Os benefícios fiscais em sede do IUR

Sendo vários os BF consagrados no CBF e atendendo aos aspectos particulares da pesquisa debruçaremos sobre os BF em sede do IUR, mais concretamente aos consagrados às pessoas colectivas. Nesta conformidade temos:

Benefícios fiscais ao investimento

Em conformidade com o artigo 12º do CBF os contribuintes tributados pelo regime de contabilidade organizada beneficiam de um crédito fiscal ao investimento por dedução à colecta do IUR, correspondente a:

- 50% dos investimentos relevantes¹⁷ realizados nas áreas do turismo ou da indústria da promoção turística e da imobiliária turística, dos serviços de transporte aéreo e

¹⁷ De acordo com o artigo 12º do CBF, consideram-se relevantes os investimentos realizados em activo fixo tangível, adquiridos em estado novo e afectos a projectos de investimento em território nacional, bem como o investimento em aquisição de patentes e licenças para utilização de tecnologias certificadas pela entidade competente.

marítimo dos serviços portuários e aeroportuários, produção de energias renováveis, pesquisa e investigação científica, bem como do desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação;

- 30% dos investimentos relevantes realizados nas demais áreas.

A dedução do crédito fiscal é feita aquando da liquidação do IUR correspondente ao exercício em que o investimento é realizado. Visto que não pode ser superior a 50% do valor da colecta em cada exercício, a parcela de crédito fiscal não utilizada num período pode ser usada nos períodos seguintes, caducado no décimo exercício fiscal a contar da data em que o investimento for realizado.

Benefícios fiscais à internacionalização

Os BF à internacionalização em sede do IUR encontram-se preconizados no artigo 17º do CBF que revela que aos investimentos que sejam elegíveis para efeitos de incentivos à internacionalização, nos termos do Decreto - Legislativo n.º 2/2011, de 21 de Fevereiro, pode ser concedida redução da taxa de IUR em até 50%.

Benefícios fiscais ao Centro Internacional de Negócios

Nos termos do artigo 19º do CBF, é aplicável às entidades licenciadas no Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde (CIN) benefício fiscal sob a forma de taxas reduzidas de IUR relativamente aos rendimentos derivados do exercício das actividades de natureza industrial ou comercial, e suas actividades acessórias ou complementares, bem como de prestação de serviços, que sejam resultantes de actividades mantidas exclusivamente com outras entidades instaladas e em funcionamento no CIN ou com entidades não residentes e sem estabelecimento estável em Cabo Verde.

Este benefício vigora até 2025, dependendo da criação de um mínimo de cinco postos de trabalho no Centro Internacional de Indústria (CII) e Centro Internacional de Comércio (CIC) e traduz-se na aplicação das seguintes taxas:

- 5% para entidades com cinco (5) ou mais trabalhadores dependentes;

- 3,5% para entidades com vinte (20) ou mais trabalhadores dependentes;
- 2,5% para entidades com cinquenta (50) ou mais trabalhadores dependentes.

O código ainda faz referência a outros benefícios como sejam benefícios fiscais a poupança e sector financeiro, benefícios de carácter social.

Importa dizer que os BF de carácter social estão preconizados no Capítulo VI do CBF e dividem-se em: criação de emprego; formação, estágios e bolsas; mecenato de pessoas colectivas; mecenato social; mecenato cultural; mecenato educacional, ambiental, juvenil, científico, tecnológico, no domínio da segurança e para a saúde

No que concerne a criação de emprego, o artigo 29º do código consagra aos sujeitos passivos do IUR deduções à colecta nos seguintes montantes:

- 26.000\$00 por posto de trabalho criado nos concelhos de Boa Vista, da Praia e do Sal;
- 30.000\$00 por posto de trabalho criado nos demais concelhos;
- 35.000\$00 por posto de trabalho criado para pessoas portadoras de deficiência.

No artigo 30º do CBF encontramos ainda os benefícios relacionados com formação, estágios e bolsas. O mesmo refere que, quando contabilizados como gastos pelos sujeitos passivos do IUR, os seguintes encargos são considerados em 150%:

- Encargos correspondentes à formação de trabalhadores;
- Encargo com contratação de jovens com idade não superior a 35 anos para estágio, e de quaisquer pessoas para formação ou reconversão profissional em empresas, com duração mínima de seis meses e duração máxima de um ano;
- Encargos realizados pela empresa e correspondentes a atribuição, pela mesma, de bolsas de estudos de mérito a jovens estudantes com idade não superior a 20 anos.

Dado a sua importância e dimensão os benefícios fiscais relacionados com o mecenato serão vistos no ponto seguinte.

3.7 - O regime do mecenato

Os benefícios fiscais relacionados com o mecenato, para além de estarem consagrados no CBF também encontram-se previstos na Lei nº 45/VI/2004 que estabelece o regime jurídico do mecenato. De acordo com o artigo 3º da referida lei os benefícios “são atribuídos às pessoas singulares ou colectivas que prestarem serviços ou actividades, realizarem para outrem ou financiarem, total ou parcialmente, obras ou projectos sociais, culturais, educacionais, desportivos, ambientais, juvenis, científicos, tecnológicos, bem assim da saúde e da sociedade de informação”.

As liberalidades que consubstanciam o mecenato podem tomar a forma de donativos ou de patrocínios¹⁸ e ser feitas em dinheiro ou em espécie, tendo efeito fiscal requer-se que as empresas procedem ao seus registo como mecenas e que os beneficiários também estejam registados como tal.

Em conformidade com a Lei do Mecenato, para determinação do rendimento tributável as liberalidades concedidas pelas pessoas colectivas são considerados como gasto exercício, em 130% do respectivo valor até ao limite de 10/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, e em 60% do valor até o limite de 5/1000 do volume de vendas e prestação de serviços, quando a actividade seja realizada pela empresa em benefício dos seus funcionários.

Com isso pode-se referir que quando as empresas conseguem satisfazer todos os requisitos legais para a obtenção dos benefícios relacionados ao mecenato, considera-se que as liberalidades concedidas pelas mesmas, para além de aceites como gasto do exercício para efeito da determinação do lucro tributável, são majorados ou seja, considerados como gasto do exercício em montante superior a 100% do gasto efectivo.

A lei estabelece que o beneficiário utilize os bens ou valores recebidos apenas e só para os fins a que foram doados e ainda que o mecenas não venha a obter qualquer contrapartida directa com a concepção das liberalidades por isso, o artigo 24.º da referida lei estabelece

¹⁸ O patrocínio constitui uma transferência de recursos para a realização de projectos com finalidades promocionais ou publicitárias e sem proveito pecuniário ou patrimonial directo para o patrocinador-

que “a simulação de liberalidades ou do seu valor acima do real, mediante actuação fraudulenta e concertado do beneficiário e do mecenas com o fim de obter um ganho ilegítimo constitui crime de fraude fiscal”, sendo punível com multa de 3.000\$00 a 300.000\$00 ao se tratar de pessoas colectivas.

Pode dizer-se que o regime do mecenato, embora com um carácter restritivo, é um importante instrumento de política social que estimula as empresas a auxiliarem o Estado a subsidiar as entidades que desenvolvam actividades de cariz sociais e que beneficiam das liberalidades concedidas pelas empresas que ao contribuírem para a redução dos encargos do Estado acabam merecendo uma redução da carga fiscal.

3.7 - Cuidados na gestão e pagamento dos impostos

O principal requisito para falarmos do planeamento fiscal é o respeito pela legislação ou seja qualquer atitude levada a cabo no sentido de reduzir, anular ou retardar o pagamento dos impostos deve ser realizado dentro da esfera legal.

Para que este aspecto básico seja alcançado, faz-se necessário que o contribuinte ou o responsável pela realização do planeamento tenha um conhecimento aprofundado da legislação fiscal não apenas no que concerne aos benefícios consagrados mas sobretudo das obrigações fiscais inerentes a cada uma das decisões e actividades levadas a cabo.

Conhecer as obrigações fiscais e os momentos em que estas se tornam exigíveis é igualmente importante pois com a realização do planeamento fiscal também se pretende que o contribuinte não incorra em custos desnecessários ou por outras palavras que cumpra com todas as suas obrigações fiscais.

Nesta conformidade achamos por bem fazer referência ao calendário das obrigações fiscais que reúne os principais momentos em que o contribuinte deve fazer face às suas obrigações fiscais:

- Os contribuintes enquadrados no regime normal devem proceder a entrega mensal do IVA e do Modelo 106.
- Até o dia 15 de cada mês os contribuintes devem entregar o IUR e o imposto de selo retidos na fonte no mês anterior.
- O imposto sobre os produtos petrolíferos também deve ser entregue até o dia 15 do mês seguinte a aquele a que diz respeito.
- Os Modelos 111 e 113 devem ser entregues pela entidade patronal durante os meses de Fevereiro e de Março de cada ano;
- Os contribuintes do método de declarativo devem entregar os Modelos 111 e 112 durante os meses de Fevereiro a Março de cada ano.
- Até 30 de Janeiro os contribuintes enquadrados no método de verificação e declarativo devem proceder ao pagamento do IUR- Liquidação provisória.
- Os contribuintes do método de verificação devem entregar o Modelo 1B e 50% do imposto com base no lucro fiscal declarado durante os meses de Março Abril e até 31 de Maio.
- A liquidação correctiva do IUR para os contribuintes do método de verificação ocorre até 30 de Setembro.
- Os contribuintes do método simplificado procedem a entrega trimestral de 5% do IVA e do Modelo 107.
- Os contribuintes do regime simplificado devem ainda entregar a declaração anual das compras, vendas e prestação de serviço no final de Fevereiro.

O conhecimento destas obrigações é fundamental para uma gestão eficiente dos custos fiscais tanto no seu montante como no momento do seu pagamento para que a empresa passa pagar o mínimo do imposto legalmente possível e que o tal pagamento ocorra em momentos que não comprometam a liquidez da empresa.

3.8 -NRF 22 – Imposto sobre o rendimento

A NFR 22 tem como objectivo prescrever o tratamento contabilístico do imposto sobre rendimento. No entanto, neste ponto não pretendemos debruçarmos sobre a norma em si mas sim identificar os principais aspectos relacionados com o tema em estudo. Ao longo do trabalho defendemos que a realização do planeamento fiscal deve ser feita com respeito as normas fiscais. Nesta conformidade, é necessário ter um aprofundado conhecimento destas normas.

O aproveitamento de benefícios fiscais, o financiamento da entidade com recurso a capitais próprios ou alheios, compra de activos ou celebração de outros tipos de contratos, pagamento ou não de dividendos entre outras decisões, são exemplos de decisões tomadas no processo do planeamento fiscal e que geram diferenças entre o resultado contabilístico e o tributável.

Estas alternativas, quando enquadradas no planeamento fiscal visam a redução, diferimento ou anulação do imposto a pagar. Isto é, na realização do planeamento fiscal têm-se em conta as consequências fiscais de cada uma das decisões a serem tomadas, bem como das transacções a serem realizadas, ou seja, uma vez que estas e outras medidas têm consequências fiscais, objectiva-se que o montante do imposto a pagar seja menor ou que ocorra num momento diferente do que seria se não houvesse tais consequências.

CAPITULO IV - ANÁLISE EMPÍRICA DO PLANEAMENTO FISCAL NAS PME'S EM SÃO VICENTE

4.1 - Metodologia

Como instrumento para colecta de dados recorreremos a um questionário com perguntas fechadas, ou seja, um conjunto de perguntas que o informante responde sem necessidade da presença do investigador e que indicam três ou quatro opções de respostas, contendo ainda espaços destinados à marcação da escolha (Andrade, 2007). Os questionários foram aplicados à uma amostra significativa das PME's em São Vicente com o intuito de perceber a sensibilidade das mesmas relativamente ao planeamento fiscal e verificar se estas têm dado alguma importância às questões fiscais e se têm tido alguma atitude no sentido de beneficiarem-se dos benefícios constantes da legislação fiscal.

Na elaboração do questionário procurou-se utilizar uma linguagem clara simples e directa para que o interrogado compreendesse com clareza o que estava a ser perguntado.

Relativamente ao questionário aplicado pode-se dizer que é maioritariamente composto por perguntas múltiplas ou seja, as questões são colocadas e de seguida são apresentadas uma lista de respostas pré-estabelecidas para que o entrevistado escolha a opção que mais se aproxima à resposta desejada. Embora estas perguntas possam restringir a liberdade dos entrevistados permitem a obtenção de respostas objectivas e que facilitam tratamento estatístico.

Do mesmo modo pode-se acrescentar que as perguntas múltiplas contidas no questionário aplicado também se dividem em perguntas com mostruário e perguntas de estimação ou avaliação.

Neste sentido, temos que as perguntas 1, 2, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17 e 18 são classificadas como perguntas com mostruário porque após a pergunta são apresentadas as opções para que os entrevistados possam escolher apenas uma resposta que melhor se adapte a sua

convicção. Por outro lado as perguntas 3 e 4 são consideradas de avaliação ou de estimação pois as respostas apresentadas são quantitativas, indicando um grau de intensidade crescente na primeira e decrescente na última.

Em relação as perguntas 3 e 4 utilizou-se uma escala do tipo Likert de 5 pontos na qual procurou-se avaliar o grau de importância que os entrevistados atribuem a realização do planeamento para as organizações, em que o numero 1 representa “sem qualquer importância” e o 5, “de extrema importância”. Na questão 4) foi utilizada a mesma escala, mas com sentido invertido, ou seja, 1 para “de extrema importância” e 5 para “sem qualquer importância”.

As perguntas 5, 7, 8, 12 e 13 são fechadas ou dicotômicas pois nas mesmas o entrevistados tem apenas duas possibilidades de resposta: sim ou não

O questionário contém também uma questão sobre opinião (Questão 19). Em conformidade com Barañano (2008, p.97) “estas questões procuram informações sobre as opiniões, preferências, as atitudes, etc., do entrevistado, (...) as quais são impossíveis de obter de outra forma”. Pode-se ainda dizer que contrariamente as demais, a pergunta 19 é ainda uma questão aberta ou seja “o entrevistador responde como quer, sendo aquilo que dizer integralmente anotado pelo entrevistador”. Com esta questão pretendeu-se ter a opinião concreta dos entrevistados relativamente ao tema em estudo e ainda perceber a sensibilidade dos mesmos sobre a importância do planeamento fiscal para uma eficiente gestão dos gastos fiscais e do seu contributo para a maximização do valor das mesmas.

Em tom de conclusão pode-se dizer que foi aplicado um questionário misto que englobou perguntas fechadas, abertas e em árvore. A aplicação prática do questionário foi feita pelo próprio entrevistador às unidades da amostra.

A escolha da população para a realização da pesquisa de campo recaiu sobre as pequenas e médias empresas sediadas em São Vicente.

Optou-se pela amostragem não aleatória que segundo Barañano (2008, p.91) inclui os “métodos que envolvem juízos de valor de quem selecciona”. De entre os tipos de

amostragem incluídos nesta categoria e atendendo as especificidades do estudo e as características do tecido empresarial em São Vicente, escolheu-se a amostragem por conveniência. De acordo com a definição de Barañano (2008, p.91) neste tipo de amostragem a “selecção de unidades da amostra é feita de forma arbitrária em função da conveniência da pesquisa”.

Assim, considerando que o mercado em São Vicente é composto maioritariamente pelas empresas de pequena dimensão, que não apresentam uma dispersão geográfica muito significativa, nem tão pouco uma concentração no que concerne as actividades desenvolvidas procurou-se obter uma amostra representativa da população e bem assim que englobasse as empresas situadas nas diferentes localidades da ilha e pertencentes aos diferentes sectores de actividade e tipos de sociedade. Também levamos em consideração o facto de alguns entrevistados apresentarem maior disponibilidade e boa vontade para responder ao inquérito.

A análise de dados envolveu técnicas quantitativas e qualitativas. As análises foram construídas a partir das respostas ao questionário aplicado as pequenas e médias empresas e os dados foram apresentados em tabelas analíticas e gráficos. O tratamento dos dados resultantes da aplicação dos questionários foi feito com recurso ao *software* SPSS 17.0 ©.

4.2 - O mercado em São Vicente e o número de empresas

De acordo com o IVº recenseamento empresarial realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas, o mercado em São Vicente é composto por 1.953 empresas, das quais 1.807 encontram-se em actividade e empregam cerca de 12.249 funcionários.

A população alvo do nosso estudo são as PME's com sede ou estabelecimento em São Vicente. De acordo com o Decreto-Lei nº40/90 de 6 de Junho, entende-se que as PME's são “todas aquelas que reúnem as seguintes características: possuir mais de 5 trabalhadores e menos de que 50 trabalhando de forma permanente; as receitas anuais não ultrapassem duzentos milhões de escudos; o seu capital social seja detido em mais de 75% por

investidores de nacionalidade Cabo-verdiana; não detenha participações financeiras noutras empresas que não sejam PME's nacionais”.

Na determinação da amostra levamos em consideração a natureza finita da população alvo do estudo, por isso utilizamos a seguinte expressão:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot z^2}{(N - 1) \cdot e^2 + p \cdot q \cdot z^2}$$

onde p e q são complementos e indicam as probabilidades associadas a população em estudo, N tamanho da população, e é a margem de erro aceitável e Z é o valor associado ao nível de confiança estabelecido.

Tendo em conta que a população é constituída por 205 PME's, estabelecemos um nível de confiança de 95% e a margem de erro de 9%. Consideramos ainda que $p=q=50\%$. Assim obtivemos a amostra $n = 75$ empresas.

Na análise consideramos apenas 61 respostas porque apesar de termos aplicado os 75 questionários, 14 não apresentaram respostas.

4.3 - O tratamento da informação recolhida no questionário

Neste ponto o objectivo é apresentar a análise quantitativa e qualitativa dos resultados da pesquisa de campo realizada junto às PME's sediadas em São Vicente, levando-se em consideração as referências teóricas constantes da pesquisa bibliográfica apresentada nos capítulos 1, 2 e 3. Desta forma, pretende-se apresentar a opinião e a prática dos gestores e responsáveis pelas empresas que participaram activamente nesta pesquisa.

Os dados e as interpretações alusivas aos resultados obtidos são apresentados como se segue.

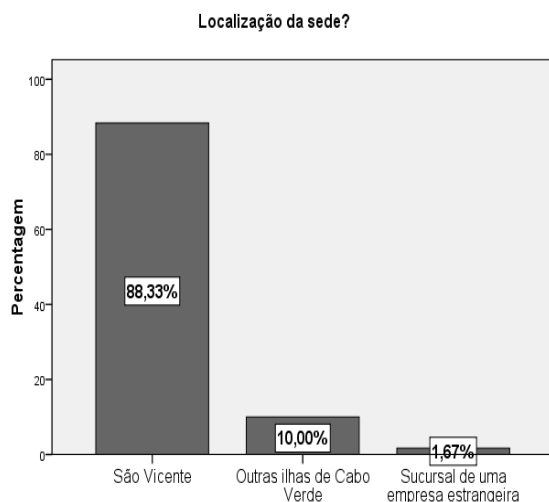


Gráfico 1: Localização da sede

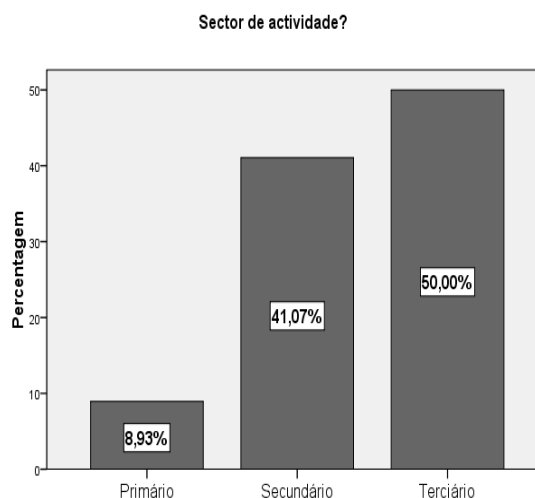


Gráfico 2 : Sector de actividade

As primeiras questões (1 e 2) destinam-se a traçar o perfil dos inquiridos. Das respostas obtidas pode-se verificar que a maioria das empresas que responderam ao questionário tem sede em São Vicente (87%) e as actividades por elas desenvolvidas enquadram-se maioritariamente no sector terciário (46%), conforme demonstram os Gráficos 1 e 2. Dos 61 inquiridos, 8,4% (correspondente a 5 empresas) não indicaram o sector de actividade.

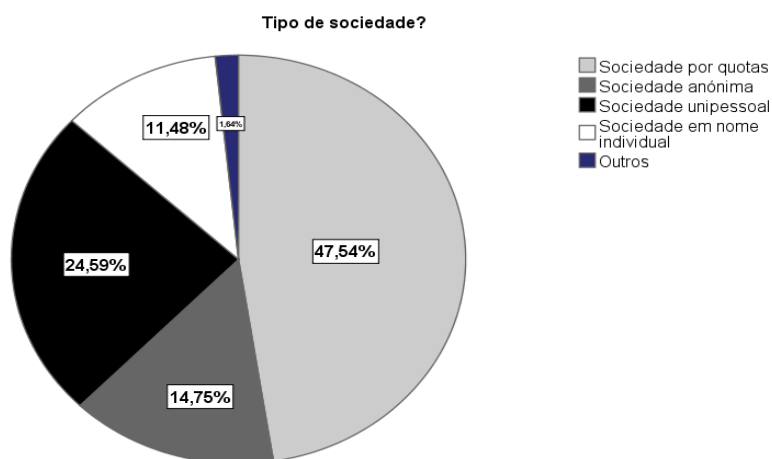


Gráfico 3: Tipo de Sociedade

Relativamente ao tipo de sociedade constatamos que dos 61 inquéritos, 29 são sociedades por quotas, enquanto que 14 são sociedades anónimas. As empresas do tipo sociedade unipessoal e em nome individual totalizaram 22. Desta amostra apenas uma revelou pertencer a um tipo de sociedade que não foi especificada. As percentagens correspondentes a cada uma destas categorias constam do Gráfico 3.

A pergunta 6 permitiu verificar que 54% das empresas que responderam ao questionário preparam as suas informações contabilísticas em regime de *outsourcing*, 36% com recursos internos, enquanto que 6 entrevistados revelaram não ter contabilidade organizada (embora satisfaçam a definição de PME's). É de realçar que todos os inquiridos responderam a esta questão, e os resultados são apresentados conforme se segue. A escolha geralmente é feita tendo em conta o balanceamento entre os custos e benefícios de possuir um departamento de contabilidade interna ou contratar um escritório especializado.

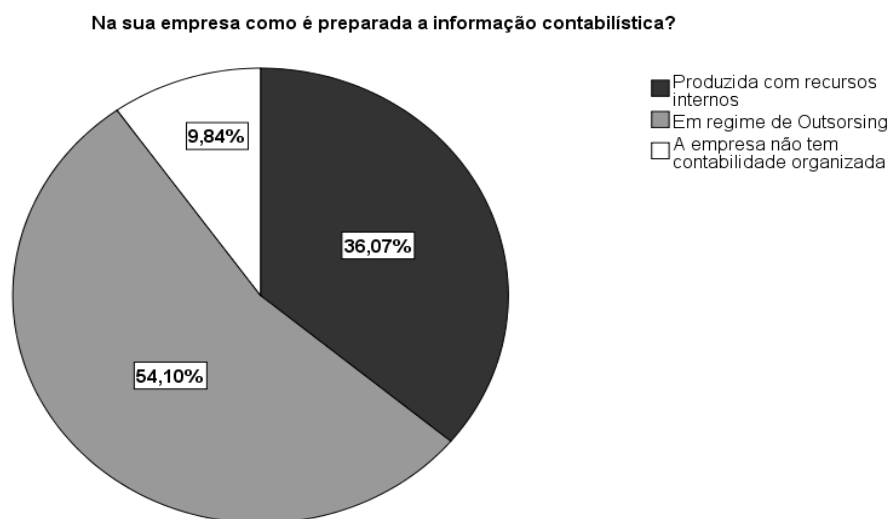


Gráfico 4: Preparação da informação contabilística

Das empresas em que a informação contabilística é produzida com recursos internos a maioria enquadra-se no sector terciário e é do tipo sociedade por quotas. Por outro lado as que produzem a informação contabilística em regime de *outsourcing* 12 são do tipo sociedade por quotas, 10 sociedade unipessoal (Tabela 1).

As perguntas a seguir apresentadas foram colocadas para averiguar até que ponto as PME's têm dado a devida importância as questões fiscais. Os resultados obtidos são a seguir apresentados.

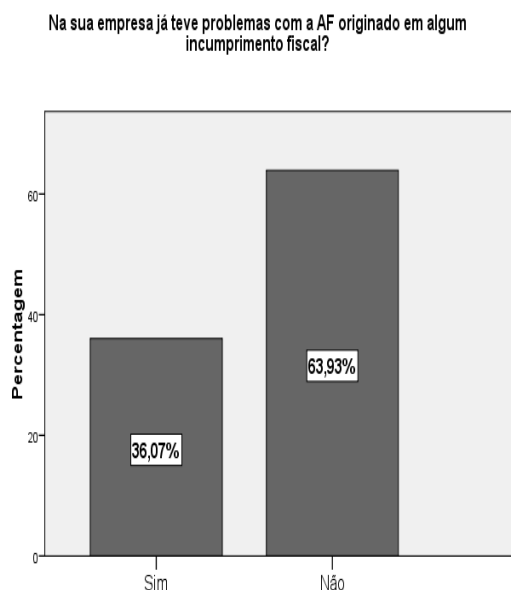


Gráfico 5: Problemas c/ incumprimento fiscal

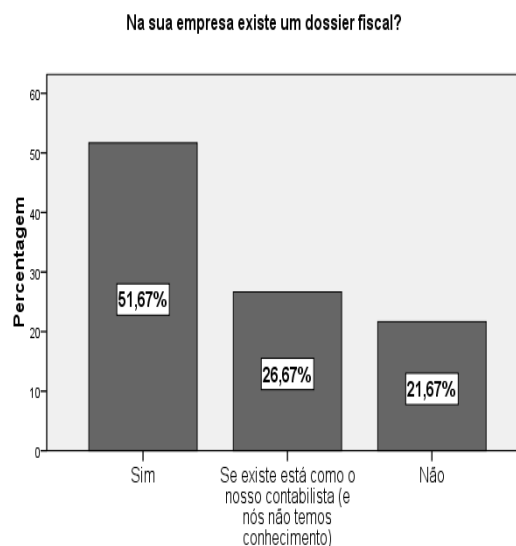


Gráfico 6: Dossier Fiscal

Como se pode ver nos gráficos acima, embora a maioria das empresas que responderam ao questionário afirmaram nunca ter tido qualquer problema com a Administração Fiscal motivada por incumprimento, a verdade é que uma percentagem muito alta dos inquiridos assumem não ter um *dossier* fiscal (21,8%) ou se tem, desconhecem tal facto (26,8%). As empresas que afirmam arquivar os documentos mais relevantes relacionados com IUR totalizam os 51,67%. Todos os inquiridos responderam a primeira questão e apenas um não respondeu a segunda.

Como podemos verificar, dos 60 inquiridos, 31 empresas referiram que possuem um *dossier* fiscal, das quais apenas 9, em algum momento não conseguiram cumprir com alguma obrigação fiscal.

Ainda pode-se dizer que das 6 empresas que não possuem contabilidade organizada, nenhuma tem um dossier fiscal, 2 já tiveram problemas com a administração fiscal devido

ao não cumprimento das suas obrigações fiscais, mas no entanto afirmam que não tiveram que pagar qualquer montante pelo incumprimento.

De entre as 33 empresas que possuem contabilidade organizada em regime de *outsourcing*, 14 afirmam que já tiveram problemas com a administração fiscal devido ao não cumprimento das suas obrigações e 13 das últimas tiveram que pagar algum montante pelo incumprimento. Destas 33 empresas 16 afirmaram que possuem um dossier fiscal.

Por outro lado temos que de entre as 22 empresas que produzem as suas informações contabilísticas com recursos internos 15 assumiram ter os documentos relacionados com o IUR organizados (Tabela 3 em anexo) entre ao quais 3 já tiveram problemas com a administração fiscal.

No âmbito do planeamento fiscal, a realização de orçamentos é de extrema importância pois é da forma que as organizações estabelecem as metas que desejam alcançar e de certa forma preveem as actividades que devem ser realizadas, as medidas a serem adoptadas para que os objectivos possam efectivamente ser alcançados. Neste sentido, e considerando que o planeamento fiscal é um estudo feito antes da ocorrência do facto gerador do imposto considera-se que a elaboração de orçamentos traduz-se num instrumento de extrema relevância neste processo.

Assim sendo e reconhecendo a importância da elaboração dos orçamentos no processo de planeamento fiscal procurou-se verificar se as PME's sediadas em São Vicente têm programado as suas actividades e se esta programação tem sido feita atendendo tanto aos objectivos das empresas como aos aspectos fiscais associados a cada um dos objectivos pretendidos. Os Gráficos 7 e 8 demonstram os resultados desta pesquisa.

A sua empresa tem por norma produzir um orçamento anual onde estabelece os objectivos para o ano e os resultados que deseja alcançar?

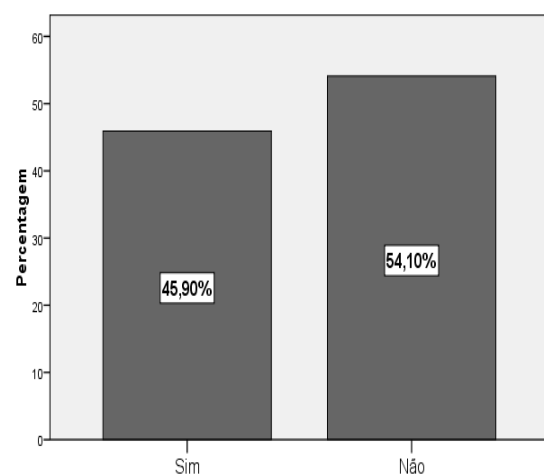


Gráfico 7- Produção de Orçamentos

Os efeitos fiscais são tidos em conta aquando do processo de tomada de decisões?

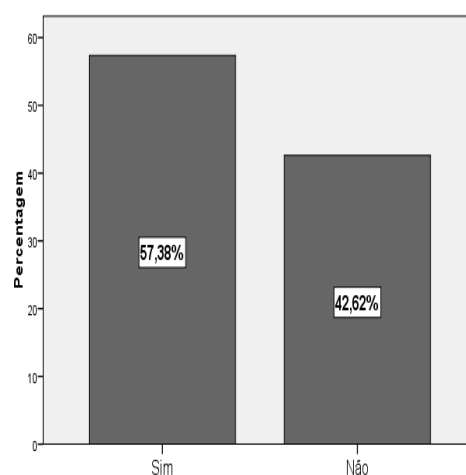


Gráfico 8: Decisões fiscais

Nota-se a maioria das empresas que responderam ao questionário afirmam que não tem por norma produzir orçamentos anuais (Gráfico 7). Por outro lado 57,38% das empresas de que dispomos informações afirmam que os efeitos fiscais são tidos em conta aquando do processo de tomada de decisões (Gráfico 8).

Neste caso é de realçar que das 28 empresas que elaboram orçamentos anuais, 22 levam em consideração os efeitos fiscais associados a cada uma das suas decisões (Tabela 4 em anexo). Estas duas realidades são muito importante para quem pretende reduzir os seus custos fiscais de forma lícita, mas engloba aspectos importantes inerentes ao planeamento fiscal que se referem ao conhecimento e controlo dos gastos fiscais e o enquadramento da fiscalidade na estratégia da empresa.

O conhecimento antecipado das obrigações fiscais associadas a cada uma das decisões é importante porque permite a análise e consequente escolha das alternativas que se revelam necessárias para o alcance dos objectivos e que do ponto de vista fiscal são menos onerosas.

Das 28 empresas que afirmam ter por norma a realização de orçamentos 17 têm acesso aos documentos contabilísticos todos os meses, 4 apenas por altura das prestações de contas e 7

apenas quando pontualmente solicitado (Tabela 5 em anexo). Por outro lado temos que de entre as 18 empresas que obtêm os documentos contabilísticos apenas no final do exercício, 14 não estabelecem os objectivos nem os resultados que pretendem alcançar.

Pode-se dizer que, a qualidade e tempestividade das informações contabilísticas desempenham igualmente um papel de suma importância neste processo. Mas deve-se levar em consideração que ter as DF's preparadas com a devida observância às normas contabilísticas e com o rigor que o desempenho da profissão exige, não é suficiente.

O que realmente é preciso é que estas informações sejam utilizadas para a orientação dos gestores e responsáveis pelas empresas. Porque embora constitua a base para o cálculo dos impostos, a verdadeira função da contabilidade e das informações por ela proporcionadas é a de ser um instrumento que auxilia na gestão dos empreendimentos e que serve de base para as decisões tomadas.

Neste sentido, procurou-se saber em que momento os responsáveis pelas empresas têm tido acesso aos balancetes contabilísticos (Questão 14) para que se pudesse analisar até que ponto têm feito uso das informações contabilísticas para orientação da sua gestão. Nesta conformidade os resultados foram os seguintes:

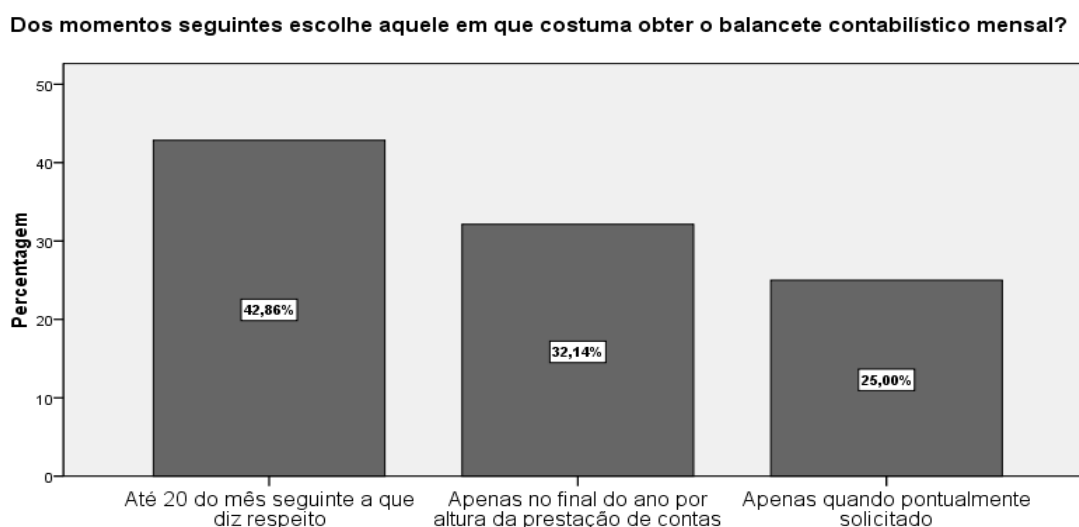


Gráfico 9: Momento em que costumam obter o Balancete contabilístico

Dos 56 inquiridos de que dispomos informações apenas 24 empresas (42,86%) afirmam que todos os meses têm acesso aos balancetes contabilísticos contra 18 (32,14%) que apenas tem conhecimento de tais informações por altura da prestação de contas. É de realçar que 8,2% dos inquiridos não responderam a esta questão.

De entre as 18 empresas que têm acesso aos balancetes contabilísticos apenas por altura da prestação de contas 14 não produzem qualquer orçamento no sentido de estabelecer os objectivos e os resultados que desejam alcançar conforme demonstra a Tabela 5.

Os dados revelam ainda que das 28 empresas que elaboram orçamentos anuais 17 têm acesso aos documentos contabilísticos todos os meses. Estas duas práticas garantem uma análise sistemática da situação das empresas o que permite verificar se os objectivos estão sendo cumpridos e se os resultados alcançados. Conhecendo a realidade da empresa é possível analisar quais medidas ser tomadas.

Reduzir, diminuir ou retardar o pagamento dos impostos são alguns dos propósitos da realização do planeamento fiscal. Nesta conformidade é importante que todos os requisitos legais sejam satisfeitos para que a empresa não venha a incorrer em custos desnecessários. As questões seguintes permitem verificar se as empresas estudadas têm procurado gerir a melhor data para o pagamento do mínimo imposto legalmente possível.

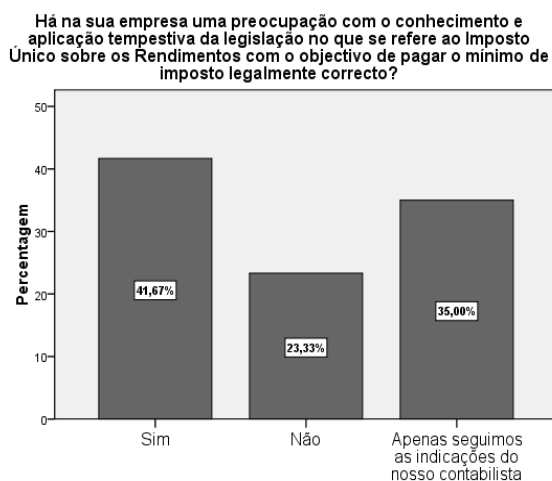


Gráfico 10: Aplicação tempestiva da legislação

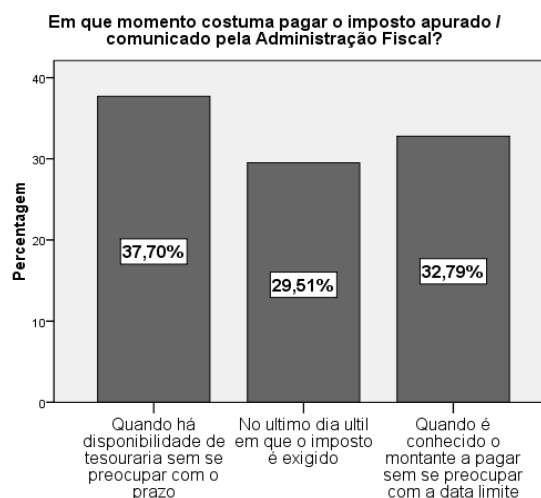


Gráfico 11: Data de pagamento de impostos?

O conhecimento da legislação fiscal é fundamental para o cumprimento de todas as obrigações mas também permite o conhecimento das alternativas que, tendentes a proporcionar o desenvolvimento de determinados sectores, regiões ou até mesmo do próprio país, propiciam uma redução dos gastos fiscais para os contribuintes que satisfazem determinados requisitos.

Apenas 33,33% dos inquiridos afirmaram que já tentaram e conseguiram obter algum BF em sede do IUR (Gráfico 12), sendo ainda de realçar que a forma mais significativa de obtenção do benefício foi sob a forma de obtenção de isenções previstas na lei (Gráfico 13).

A sua Empresa já alguma vez tentou obter, e obteve algum benefício fiscal em sede do IUR?

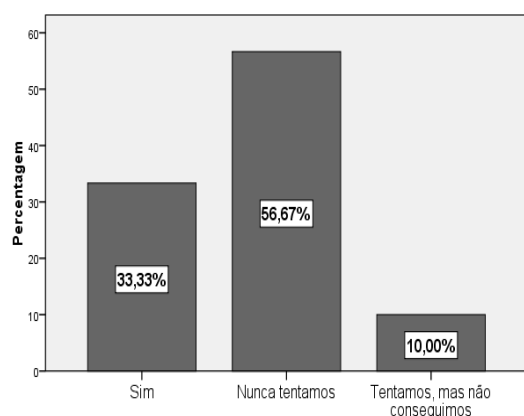


Gráfico 12: Obtenção de BF em sede do IUR

Se respondeu SIM a questão anterior, qual foi a forma utilizada para obter o benefício?

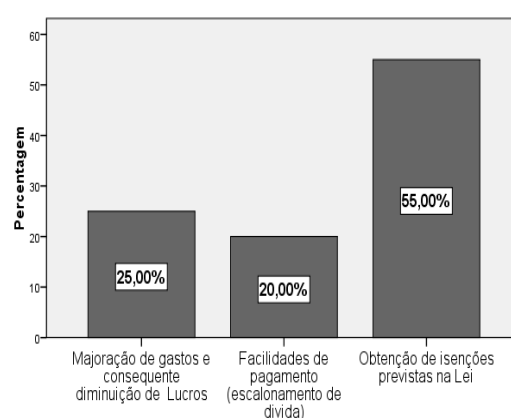


Gráfico 13: Forma de obtenção de BF

Na Tabela 6 podemos ver que das empresas que referiram que obtiveram algum BF em sede do IUR apenas 3 afirmaram que apenas seguem a indicação dos seus contabilistas.

No Gráfico 14 podemos ver ainda que uma percentagem significativa das empresas inquiridas (56,57%) nunca tentou obter qualquer BF em sede do IUR. Os motivos para esta recusa constam do Gráfico 15.

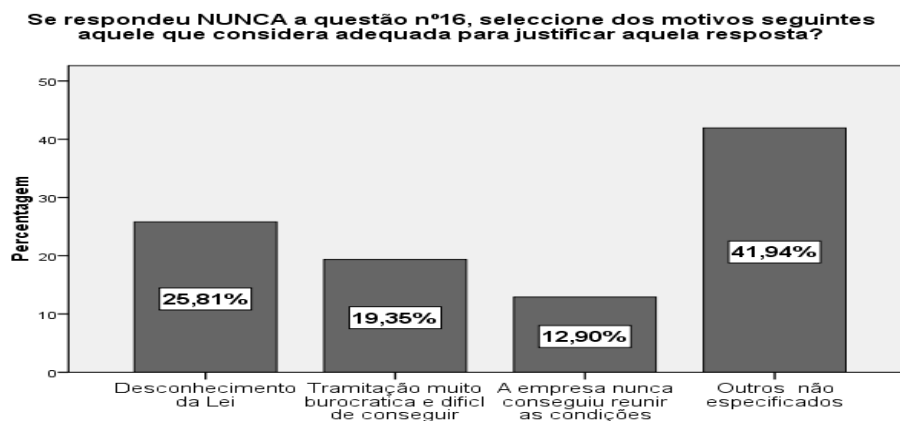


Gráfico 14: Motivos de não obtenção de BF

Relativamente às empresas que referiram que nunca tentaram obter qualquer BF em sede do IUR 25,8% (que corresponde a 8 empresas das 31 que responderam a esta questão) referem nunca ter tentado por desconhecimento da legislação fiscal, 19,35% (6 empresas) por considerar a tramitação muito burocrática e 12,9% (4 empresas) por nunca ter reunido as condições legais para obtenção dos benefícios. A maioria (13 empresas) considera haver outros motivos que não foram referidos para nunca terem tentado obter nenhum BF em sede do IUR.

A questão 4 foi colocada para que os inquiridos pudessem avaliar a importância das actividades para a melhoria da sua performance fiscal. Os resultados foram os seguintes:

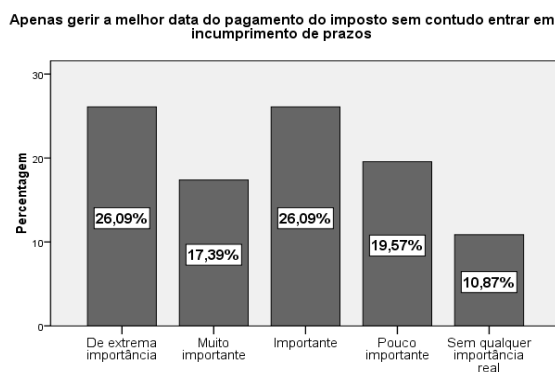


Gráfico 15: Gestão de datas de Pagamento

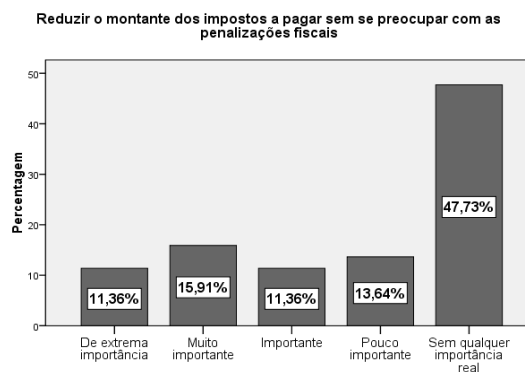


Gráfico 16: Reduzir o montante a pagar

A realização do planejamento passa pela redução dos impostos a pagar, mas de uma forma lícita e do ponto de vista financeiro requer-se que o pagamento ocorra no momento mais apropriado para o contribuinte.

Embora alguns inquiridos tenham atribuído alguma importância para a redução dos impostos a pagar sem se preocupar com as penalizações fiscais, uma percentagem significativa dos inquiridos (47,73%) referiu que esta tarefa não tem qualquer importância para a melhoria da gestão das questões fiscais na sua empresa.

No que concerne a gestão da melhor data para o pagamento dos impostos a maioria considera que esta tarefa tem alguma relevância enquanto pouco mais de 30% dos inquiridos avaliam esta tarefa como sendo pouco ou sem nenhuma importância para uma eficiente gestão da fiscalidade por parte das empresas.

Das empresas que avaliaram esta tarefa como sendo de extrema importância, 5 afirmaram que pagam os seus impostos quando têm disponibilidade de tesouraria sem se preocupar com prazo, outros 5 referiram que o fazem no último dia em que o imposto é exigido e 2 quando é conhecido o montante a pagar sem se preocupar com a data limite.

Conhecimento e aplicação de todos os benefícios fiscais previstos na Legislação em vigor

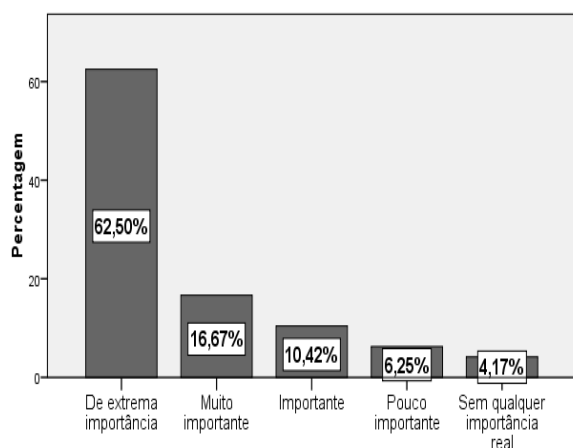


Gráfico 17: Conhecimento BF

Registo da sua empresa como Mecenas

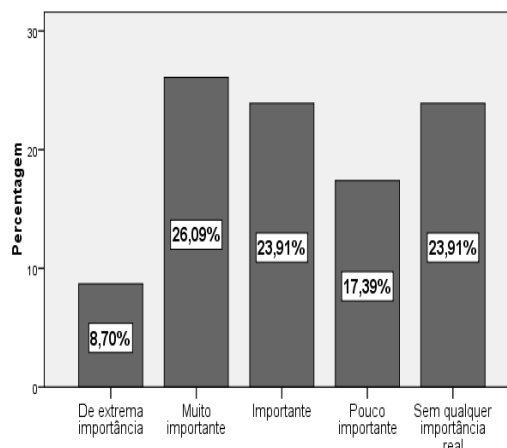


Gráfico 18: Registo da empresa como Mecenas

Conforme podemos ver no Gráfico 17, a maioria dos inquiridos (62,5%) classificou o conhecimento e aplicação de todos os benefícios fiscais previstos na legislação como sendo uma prática que efectivamente contribui para uma melhor gestão dos aspectos fiscais.

No que se refere ao mecenato, 23,91% dos inquiridos considera o registo das suas empresas como mecenas como sendo uma actividade que não tem qualquer importância. Por outro lado a mesma percentagem de inquiridos refere que esta actividade é muito importante (Gráfico 18).

O mecenato, sendo um dos BF, quando devidamente enquadrado na estratégia da empresa pode assumir um papel duplamente importante. Isso pode acontecer porque se por um lado a prestação de uma actividade de carácter social pode ter como contrapartida uma redução da carga fiscal, por outro pode constituir-se na forma como as organizações se aproximam da comunidade na qual se inserem e possam contribuir directamente para o seu desenvolvimento.

Incentivar o crescimento da comunidade através do apoio a projectos sociais, culturais, desportivas e na área da saúde e da educação pode estar directamente relacionado com a responsabilidade social das empresas, o que melhora a sua imagem junto da comunidade e proporciona notoriedade.

Embora a maioria das empresas considera o conhecimento e a aplicação de todos os BF como sendo de extrema importância, podemos ver na Tabela 7 que apenas 14 das mesmas já tentaram obter algum BF em sede do IUR contra 16 que nunca tentaram e 10 que já conseguiram. A modalidade mais significativa de obtenção do benefício foi sob a forma de isenções previstas na lei.

Nota-se ainda que 2 empresas apesar de considerarem que esta tarefa não tem qualquer importância real, já obtiveram algum BF em sede do IUR, uma sob a forma de obtenção de isenções previstas na lei e outra com facilidades de pagamentos.

No Gráfico 19 podemos ver que embora a criação de postos de trabalho seja um dos aspectos importantes da política económica e social do Governo, uma percentagem

significativa das empresas inquiridas não reconhece grande importância em recrutar trabalhadores que podem majorar os gastos com o pessoal.

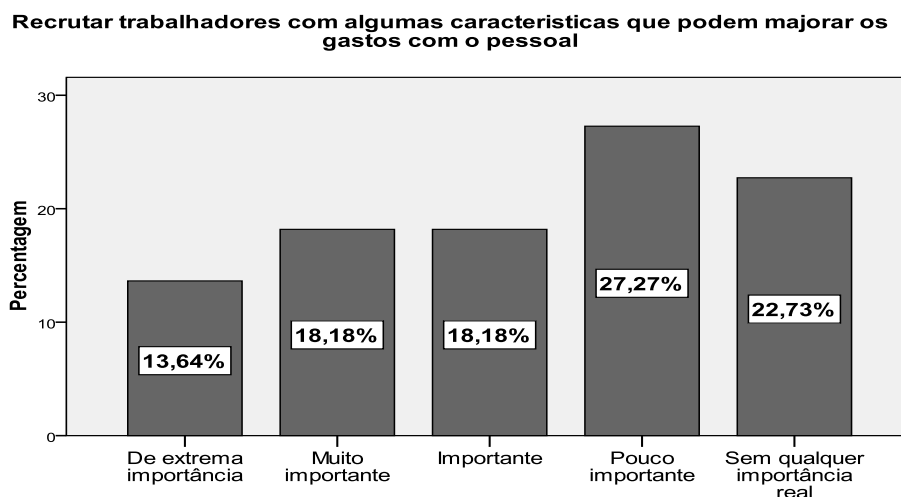


Gráfico 19: Recrutamento de trabalhadores com algumas com deficiência física

No sentido de conhecer a sensibilidade dos inquiridos com relação ao tema em estudo foi colocada a Questão 16: **Qual é a sua opinião pessoal sobre a importância do planeamento fiscal nas empresas?**

Dos 61 apenas 30 inquiridos se manifestaram, sendo ainda que 2 destes afirmaram não ter conhecimento sobre o tema e os demais avaliam o PF como sendo uma actividade muito importante.

Numa das respostas obtidas foi realçada a importância da contabilidade na organizações e da indispensabilidade de redução dos gastos fiscais para qualquer empresa que objectiva a obtenção e a maximização do seu lucro, porque efectivamente pretende-se uma maximização dos rendimentos da empresa.

Também foi referido que o planeamento fiscal é tão importante como qualquer outro tipo de planeamento.

Um dos inquiridos refere ainda que o PF é tão importante que “deve ser considerado no plano de negócios e levado em conta na tomada de decisões sobre qualquer investimento”. Até mesmo porquê, segundo um respondente, o PF permite a obtenção de vantagens fiscais que não seriam alcançados sem um planeamento, efectuado de acordo com as normas e leis fiscais em vigor.

Ainda é de considerar que todo e qualquer investimento (ou até mesmo uma decisão a ser tomada) requer uma análise criteriosa de todos os gastos susceptíveis de afectar a sua viabilidade, incluindo os impostos que também fazem parte da estrutura de custos.

Por outro lado e considerando ainda as respostas obtidas através do questionário foi manifestado que o “PF é importante porque possibilita o conhecimento e cumprimento das obrigações fiscais e auxilia na gestão dos custos fiscais”.

Esta ideia foi incrementada por outros respondentes que salientaram que o “PF é de extrema importância pois ajuda na gestão da tesouraria e nunca a pagar impostos fora do prazo originando custos adicionais para empresa”, porque, segundo foi dito “cada vez mais há uma maior exigência por parte das autoridades competentes” e “a administração fiscal tem se demonstrado insensível face aos contribuintes que não cumprem com as suas obrigações”.

Na mesma linha de raciocínio outros inquiridos acrescentaram que o PF “é importante ainda porque permite o conhecimento das regras fiscais o que poderá facilitar a relação do contribuinte com a Administração Fiscal” pois “só com o PF a empresa conseguira fazer face a todos os seus compromissos fiscais”.

Foi referido ainda a importância das organizações cumprirem com as suas obrigações fiscais. No entanto foi realçado ainda que “infelizmente a situação económica actual tem decaído muito e nem sempre é possível cumprir com os planos traçados. Nota-se que esta posição pode ser reforçada com as respostas obtidas na Questão 15 em que uma percentagem significativa (37,7%) dos inquiridos referiu que normalmente costuma pagar os seus impostos quando há disponibilidade de tesouraria sem se preocupar com o prazo.

Em traços gerais pode-se dizer que a maioria das respostas dadas enquadram-se plenamente no âmbito do PF pois realiza-lo implica necessariamente o conhecimento e esforço para o cumprimento das obrigações fiscais para que a organização não incorra em custos desnecessários.

Implica também o conhecimento dos benefícios previstos na legislação e escolha das alternativas que melhor se encaixam nos objectivos e características gerais do negócio que a organização desenvolve.

As empresas de facto querem ter e maximizar os seus lucros e isso passa por um rigoroso controlo dos gastos, incluindo os fiscais.

Uma posição diferente foi assumida por um inquirido que referiu que “o planeamento fiscal poderia ser importante se houvesse escalonamento do IUR”, ou seja as empresas pagassem o imposto em função dos rendimentos obtidos tal como acontece com as pessoas singulares. A este respeito e atendendo aos factos apresentados anteriormente considera-se que não seria viável e até mesmo acarretaria mais fraude e evasão fiscal.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

De acordo com os dados apresentados no trabalho, podemos concluir que o planeamento fiscal é uma ferramenta indispensável para as empresas que pretendem diminuir a carga fiscal com o devido respeito as normas contabilísticas e fiscais, isto é, sem manipulação dos resultados e a prática da fraude e evasão fiscal.

Nas empresas em que o planeamento fiscal não é realizado não raras vezes as principais formas de redução dos impostos a pagar passam pela alteração do resultado contabilístico e pela adopção de práticas de fraude e evasão fiscal, por outro lado o desconhecimento das leis fiscais aumentam a propensão para o incumprimento das obrigações fiscais.

Constatamos que embora o normativo contabilístico seja recente necessita de acompanhamento e revisões mas por outro lado as bases para o calculo do imposto sobre o rendimento é um documento que não se adapta a nova realidade contabilística e económica do país o que faz com que haja sempre espaço para a adulteração dos resultados colocando em causa a credibilidade das informações contabilísticas.

Neste sentido é de realçar o facto de que em Cabo Verde a contabilidade é fortemente influenciada pela fiscalidade, por isso ter projectos e ante projectos que melhor se adequam a realidade do país, não é suficiente. É preciso que as normas sejam aprovadas.

Ainda consideramos que o planeamento fiscal deveria ser estimulado e criadas condições para que as empresas possam encontrar mecanismos legais para redução dos seus gastos fiscais. Um avanço importante neste sentido foi a entrada em vigor do Código do Benefícios Fiscais aprovado com o objectivo de facilitar o conhecimento e aplicação dos mesmos de forma a estimular o comportamento dos agentes económicos a contribuirem para o desenvolvimento do país.

Em Cabo Verde a obtenção de BF traduz-se numa forma licita de redução dos gastos fiscais deste que o contribuinte consiga realizar todas as projecções necessárias para encontrar as

alternativas legais que melhor se adequam as características do seu negócio e bem assim que garantem a maximização dos resultados, aumento da competitividade empresarial e a continuidade do negócio.

Das informações recolhidas pôde-se ver que, por vezes, os efeitos fiscais não são tidos em conta aquando do processo de tomada de decisões nas PME's, nem tão pouco são elaborados orçamentos com previsões dos gastos que se esperam incorrer, dos rendimentos esperados e das decisões a serem tomadas. A realização destas tarefas é fulcral para a gestão das empresas e na elaboração do planeamento fiscal porque embora pareça simples requer um estudo criterioso de todos os gastos e rendimentos da empresa para que se possa analisar as medidas a serem tomadas para que a empresa consiga diminuir, anular ou adiar o pagamento dos impostos de forma legal.

Igualmente importante é o conhecimento, acompanhamento e cumprimento das obrigações fiscais, pois no planeamento fiscal fala-se numa redução lícita dos encargos fiscais e esta realidade não foi de todo constatada nas PME's em São Vicente.

Limitações do estudo

Alguns aspectos condicionaram a realização do trabalho como sejam encontrar uma empresa para realização do estudo de caso que permitiria demonstrar que com a realização do planeamento fiscal uma PME consegue reduzir os seus custos fiscais; Encontrar um maior nº de empresas disponíveis para responder ao questionário o que permitira uma maior diversidade de opiniões.

Recomendações para trabalhos futuros

Com a realização deste estudo não tivemos a pretensão de esgotar a discussão deste tema tão actual e pouco utilizado em Cabo Verde.

O planeamento fiscal pode ser realizado em toda e qualquer organização e tendo em consideração qualquer um dos gastos fiscais que incidem sobre os negócios de uma entidade. Assim sendo e considerando as características de algumas empresas que

responderam ao questionário entendemos que o planeamento fiscal em sede de IUR pode não ser interessante para todas as entidades, o que só reforça a ideia de que deve-se fazer um estudo preventivo tanto da organização como da legislação fiscal e desta forma perceber quais os custos mais expressivos e que devem merecer uma análise mais cuidada.

Uma vez que a maioria das empresas organizam a sua contabilidade em regime de *outsourcing* e reconhecendo a importância dos profissionais da contabilidade na realização do planeamento fiscal poderá ser realizada uma pesquisa empírica entre os contabilistas no sentido de perceber o contributo que estes têm dado as empresas e igualmente analisar a percepção dos mesmos no que concerne ao planeamento fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALMEIDA, R.; BARROS, A. (2009). *O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF – de Cabo Verde*. ATF - Edições Técnicas.

ANDRADE, M. (2007). *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*, 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas.

FERNANDES, M. (2007). *Glossário de Direito Fiscal, Temas e Soluções*. Lisboa; Dislivro.

GOMES, N. (2003). *Manual do Direito Fiscal*, vol. II, 12ª ed. Lisboa: Rei dos Livros.

LOURENÇO, J. (2000). *Auditoria Fiscal*, 2ª ed. Lisboa: Vislis Editora

MARCONI, M & LAKATOS, E. 2007. *Fundamentos de Metodologia Científica*, 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas.

PEREIRA, M. (2005). *Fiscalidade*. Almedina.

SANCHES, J. (2007). *Manual do Direito Fiscal*, 2ª ed. Coimbra Editora.

SILVA, A. C. 2008. *Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade*, 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas.

Legislação

Lei nº 26/VIII/2013- Código dos Benefícios Fiscais

Lei nº 10/VIII/2013- Aprova o Orçamento do Estado para 2013.

Lei nº 127/IV/ 95- IUR Lei Base.

Lei nº 45/VI/2004- Mecenato- legislação Aplicável

Lei nº47/VIII/2013- Aprova o Código Geral Tributário

Lei nº48/VIII/2013- Aprova o Código do Processo Tributário

Sites de pesquisa

<http://www.dgci.gov.cv/>

<http://www.minfin.gov.cv>

Monografias, Teses e Dissertações

FERNANDES, M. (2013). *Gestão Fiscal e Benefícios Fiscais*. Porto; Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

FERRAZ, C. OLIVEIRA, M. & SOUSA, M. (2011). *Planejamento Tributário: Estudo de Caso em uma Empresa Optante pelo Lucro Real*. Nova Venécia: Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Consultado em 15-11-13; as 15:50. Disponível em: <http://univen.no-ip.biz/listamono/monografias>

HAZAN, P. (2004). *Planejamento Tributário: Lucro Real X Lucro Presumido*. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis. Consultado em: 12-11-13; as 18:12. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295556.pdf>

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/815/Vinicius%20Cechinel%20de%20Moraes.s.pdf?sequence=1>

LUKIC, M. (2012). *Planejamento tributário*. Fundação Getúlio Vargas. Consultado em 16-02-14. Disponível em:

http://www.google.cv/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDgQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.bmaiscompet.com.br%2Fdownload_arquivos.asp%3Fid_arquivo%3D5E89DC0F-D23F-4717-826F-7621A5D00D85&ei=gr5wU-HHFIHT7Abf4ICoDg&usg=AFQjCNFH4q0-cWsp3wzaKf5GEKF1FYP3og&bvm=bv.66330100,d.ZGU

MORAES, V. (2011). *A Carga Tributária Brasileira e o Planejamento Tributário Como Ferramenta de Competitividade*. Criciúma, Universidade Do Extremo Sul Catarinense. Consultado em 20-12-13; as 10:33. Disponível em:

RHODEN, A. (2006). *Lucro Real X Lucro Presumido: Planejamento Tributário em uma Empresa de Construção Civil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Consultado em :15-11-13; as 15:43. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294142>

Outros documentos

Bazzotti *et a.* 1A Importância do Sistema de Informação Contábil como Fonte de Informações para Tomada de Decisões. Consultado em 21-01-14. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%C3%A7%C3%B5es/ART%205%20-%20A%20Import%C3%A2ncia%20do%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3>

o%20Cont%C3%A1bil%20como%20Fonte%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20para%20Tomada%20de%20.pdf

Souza, A. (2008). *Ética no Planejamento Tributário: Elisão Fiscal Versus Evasão Fiscal*. Consultado em 23-02-14. Disponível em :

http://sinqfar.org.br/admin/files/artigos/artigos_pdf/da227bdfdcbae6e637b56136e886b082.pdf

.

APÊNDICES

Apêndice I: O questionário

QUESTIONÁRIO

Este questionário é aplicado no âmbito de um trabalho de fim de curso que será apresentado e defendido no ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais no final do 1º Semestre de 2014. O objectivo do trabalho é analisar a problemática do planeamento fiscal avaliando até que ponto este é exercido nas pequenas e médias empresas sediadas em São Vicente, chamar a atenção para esta questão e, em função disto, contribuir para uma eventual consciencialização acerca do planeamento fiscal e da sua importância na vida das empresas. Para efeito torna-se importante conhecer a realidade para sobre ela tirar conclusões e efectuar recomendações e sugestões que sejam efectivamente uteis para o desempenho das entidades.”

Assim, agradeço o preenchimento deste questionário. As respostas devem representar a sua opinião pessoal e concreta por forma a permitir uma inferência objectiva. Asseguramos a completa confidencialidade das respostas.

Questões

1. *Tipo de sociedade:*

| | | | |
|----------------------------------|--------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| Sociedade Por quotas | <input type="checkbox"/> | Entidade sem fins lucrativos | <input type="checkbox"/> |
| Sociedade Anónima | <input type="checkbox"/> | Empresa pública | <input type="checkbox"/> |
| Sociedade Unipessoal | <input type="checkbox"/> | Outros | <input type="checkbox"/> |
| Cooperativa..... | <input type="checkbox"/> | | |
| Empresa em nome individual | <input type="checkbox"/> | | |

2. *Localização da Sede Social e Sector de Actividade:*

| | | | |
|--|--------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Localização da SEDE: | | Sector de Actividade: | |
| São Vicente | <input type="checkbox"/> | Primário | <input type="checkbox"/> |
| Outras Ilhas de Cabo Verde | <input type="checkbox"/> | Secundário | <input type="checkbox"/> |
| Sucursal de uma empresa estrangeira..... | <input type="checkbox"/> | Terciário | <input type="checkbox"/> |

3. Como caracterizaria a importância (grelha seguinte) de um adequado planeamento na vida das organizações?

| | | |
|---|-------------------------------------|--------------------------|
| 1 | Sem qualquer importância real | <input type="checkbox"/> |
| 2 | Pouco Importante | <input type="checkbox"/> |
| 3 | Importante | <input type="checkbox"/> |
| 4 | Muito Importante | <input type="checkbox"/> |
| 5 | Importantissimo | <input type="checkbox"/> |

4. Como classificaria as seguintes tarefas para a melhoria da performance fiscal da sua empresa?

- ☐ 1 De extrema importância
 ☐ 2 Muito importante
 ☐ 3 Importante
☐ 4 Pouco importante
 ☐ 5 Sem qualquer importância real

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Apenas gerir a melhor data do pagamento do imposto sem contudo entrar em incumprimento de prazos..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Recrutar trabalhadores com algumas características que podem majorar os gastos com o pessoal..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Reduzir o montante dos impostos a pagar sem se preocupar com as penalizações fiscais..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Conhecimento e aplicação de todos os benefícios fiscais previstos na Legislação em vigor..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Registo da sua empresa como Mecenaz..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

5. Na sua empresa têm por hábito a realização de algum tipo de planeamento?

- Sim ☐
 – Não ☐

6. Na sua empresa como é preparada a informação contabilística?

- Produzida com recursos internos..... ☐
 – Em regime de *Outsorsing*..... ☐
 – A empresa não tem contabilidade organizada..... ☐

7. Na sua empresa já teve problemas com a Administração fiscal originado em algum incumprimento fiscal?

- Sim ☐
 – Não ☐

Se respondeu NÃO, favor saltar para a pergunta nº 9?

8. Se respondeu sim na questão anterior, isto implicou pagamento de algum montante?

- Sim ☐
 – Não ☐

9. Na sua empresa existe um dossier fiscal (que inclui de entre outros os seguintes documentos: dados fiscais de pelo menos 5 anos com copia da legislação mais relevante em termos do IUR incluindo o próprio regulamento, orçamentos do Estado dos últimos 5 anos, leis sobre benefícios fiscais, notificações fiscais na sequência de prestação de contas anuais, documentos que comprovem e suportem a obtenção de algum benefício fiscal, comprovativos dos pagamentos efectuados, programação dos pagamentos de forma a que estes sejam feitas ao menor custo possível)?

- Sim ☐
- Se existe está como o nosso contabilista ☐ (e nós não temos conhecimento)
- Não ☐

Caso tenha escolhido uma das duas últimas opções, favor passar à questão 11

10. Se respondeu SIM a pergunta anterior, a quem é atribuída a responsabilidade do controlo e actualização do dossier?

- Gerencia / Administração..... ☐
- Do responsável pela Contabilidade / administrativo..... ☐
- Do Tesoureiro..... ☐
- De qualquer um que tenha tempo para o efeito ☐

11. Há na sua empresa uma preocupação com o conhecimento e aplicação tempestiva da legislação no que se refere ao Imposto Único sobre os Rendimentos com o objectivo de pagar o mínimo de imposto legalmente correcto?

- Sim ☐
- Não ☐
- Apenas seguimos as indicações do nosso contabilista..... ☐

12. A sua empresa tem por norma produzir um orçamento anual onde estabelece os objectivos para o ano e os resultados que deseja alcançar?

- Sim ☐
- Não ☐

13. Os efeitos fiscais são tidos em conta aquando do processo de tomada de decisões?

- Sim ☐
- Não ☐

14. Dos momentos seguintes escolhe aquele em que costuma obter o balancete contabilístico mensal?

- Até 20 do mês seguinte a que diz respeito..... ☐
- Apenas no final do ano por altura da prestação de contas ☐
- Apenas quando pontualmente solicitado ☐

15. Em que momento costuma pagar o imposto apurado / comunicado pela Administração Fiscal?

- Quando há disponibilidade de tesouraria sem se preocupar com o prazo.....☐
- No ultimo dia util em que o imposto é exigido.....☐
- Quando é conhecido o montante a pagar sem se preocupar com a data limite .☐

16. A sua Empresa já alguma vez tentou obter, e obteve algum beneficio fiscal em sede do IUR?

- Sim.....☐
- Nunca tentamos.....☐
- Tentamos, mas não conseguimos.....☐

Se respondeu Tentamos, mas não conseguimos passe à questão 19

17. Se respondeu SIM a questão anterior, qual foi a forma utilizada para obter o beneficio?

- Majoração de gastos e consequente diminuição de Lucros ☐
- Facilidades de pagamento (escalonamento de divida)☐
- Obtenção de isenções previstas na Lei☐

18. A Se respondeu NUNCA a questão nº16, seleccione dos motivos seguintes aquele que considera adequada para justificar aquela resposta?

- Desconhecimento da Lei☐
- Tramitação muito burocratica e difícl de conseguir☐
- A empresa nunca conseguiu reunir as condições☐
- Outros não especificados☐

19. Por último gostaria de lhe fazer uma pergunta aberta: Qual é a sua Opinião Pessoal sobre a importância do planeamento fiscal nas empresas?

.....

.....

.....

.....

Obrigado pelo seu tempo.
Janine Sofia Monteiro Andrade

Apêndice II: Dados da pesquisa

Tipo de sociedade? * Sector de actividade? * Na sua empresa como é preparada a informação contabilística? Crosstabulation

Count

| Na sua empresa como é preparada a informação contabilística? | | | Sector de actividade? | | | Total |
|--|--------------------|------------------------------|-----------------------|------------|-----------|-------|
| | | | Primário | Secundário | Terciário | |
| Produzida com recursos internos | Tipo de sociedade? | Sociedade por quotas | 2 | 4 | 9 | 15 |
| | | Sociedade anónima | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | | Sociedade unipessoal | 0 | 2 | 1 | 3 |
| | | Outros | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Total | 3 | 6 | 11 | 20 |
| Em regime de Outsorsing | Tipo de sociedade? | Sociedade por quotas | 1 | 4 | 7 | 12 |
| | | Sociedade anónima | 0 | 2 | 4 | 6 |
| | | Sociedade unipessoal | 0 | 7 | 3 | 10 |
| | | Sociedade em nome individual | 0 | 1 | 1 | 2 |
| | | Total | 1 | 14 | 15 | 30 |
| A empresa não tem contabilidade organizada | Tipo de sociedade? | Sociedade unipessoal | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | | Sociedade em nome individual | 1 | 2 | 2 | 5 |
| | | Total | 1 | 3 | 2 | 6 |

Tabela 1: Relação entre as variáveis - Questões 1, 2 e 6.

Na sua empresa já teve problemas com a Administração fiscal originado em algum incumprimento fiscal? * Na sua empresa existe um dossier fiscal? Crosstabulation

Count

| | | Na sua empresa existe um dossier fiscal? | | | Total |
|--|-------|--|---|-----|-------|
| | | Sim | Se existe está como o nosso contabilista (e nós não temos conhecimento) | Não | |
| Na sua empresa já teve problemas com a Administração fiscal originado em algum incumprimento fiscal? | Sim | 9 | 7 | 6 | 22 |
| | Não | 22 | 9 | 7 | 38 |
| | Total | 31 | 16 | 13 | 60 |

Tabela 2: Relação entre as variáveis- Questões 7 e 9

Na sua empresa como é preparada a informação contabilística? * Na sua empresa já teve problemas com a Administração fiscal originado em algum incumprimento fiscal? * Na sua empresa existe um dossier fiscal? Crosstabulation

Count

| | | | Na sua empresa já teve problemas com a Administração fiscal originado em algum incumprimento fiscal? | | Total |
|---|--|--|--|-----|-------|
| Na sua empresa existe um dossier fiscal? | | | Sim | Não | |
| Sim | Na sua empresa como é preparada a informação contabilística? | Produzida com recursos internos | 3 | 12 | 15 |
| | | Em regime de Outsorsing | 6 | 10 | 16 |
| | Total | | 9 | 22 | 31 |
| Se existe está como o nosso contabilista (e nós não temos conhecimento) | Na sua empresa como é preparada a informação contabilística? | Produzida com recursos internos | 1 | 2 | 3 |
| | | Em regime de Outsorsing | 6 | 7 | 13 |
| | Total | | 7 | 9 | 16 |
| Não | Na sua empresa como é preparada a informação contabilística? | Produzida com recursos internos | 2 | 1 | 3 |
| | | Em regime de Outsorsing | 2 | 2 | 4 |
| | | A empresa não tem contabilidade organizada | 2 | 4 | 6 |
| | Total | | 6 | 7 | 13 |

Tabela 3: Relação entre as variáveis- Questões 6, 7 e 9

A sua empresa tem por norma produzir um orçamento anual onde estabelece os objectivos para o ano e os resultados que deseja alcançar? * Os efeitos fiscais são tidos em conta aquando do processo de tomada de decisões? Crosstabulation

Count

| | | Os efeitos fiscais são tidos em conta aquando do processo de tomada de decisões? | | Total |
|---|-------|--|-----|-------|
| | | Sim | Não | |
| A sua empresa tem por norma produzir um orçamento anual onde estabelece os objectivos para o ano e os resultados que deseja alcançar? | Sim | 22 | 6 | 28 |
| | Não | 13 | 20 | 33 |
| | Total | 35 | 26 | 61 |

Tabela 4: Relação entre as variáveis- Questões 12 e 14

A sua empresa tem por norma produzir um orçamento anual onde estabelece os objectivos para o ano e os resultados que deseja alcançar? * Dos momentos seguintes escolhe aquele em que costuma obter o balancete contabilístico mensal? Crosstabulation

Count

| | | Dos momentos seguintes escolhe aquele em que costuma obter o balancete contabilístico mensal? | | | Total |
|---|-------|---|--|---------------------------------------|-------|
| | | Até 20 do mês seguinte a que diz respeito | Apenas no final do ano por altura da prestação de contas | Apenas quando pontualmente solicitado | |
| A sua empresa tem por norma produzir um orçamento anual onde estabelece os objectivos para o ano e os resultados que deseja alcançar? | Sim | 17 | 4 | 7 | 28 |
| | Não | 7 | 14 | 7 | 28 |
| | Total | 24 | 18 | 14 | 56 |

Tabela 5: Relação entre as variáveis- Questões 12 e 13

Há na sua empresa uma preocupação com o conhecimento e aplicação tempestiva da legislação no que se refere ao Imposto Único sobre os Rendimentos com o objectivo de pagar o mínimo de imposto legalmente correcto? * Se respondeu SIM a questão anterior, qual foi a forma utilizada para obter o benefício? * A sua Empresa já alguma vez tentou obter, e obteve algum benefício fiscal em sede do IUR? Crosstabulation

Count

| | | | Se respondeu SIM a questão anterior, qual foi a forma utilizada para obter o benefício? | | | Total |
|---|--|---|---|--|---------------------------------------|-------|
| | | | Majoração de gastos e consequente diminuição de Lucros | Facilidades de pagamento (escalonamento de dívida) | Obtenção de isenções previstas na Lei | |
| A sua Empresa já alguma vez tentou obter, e obteve algum benefício fiscal em sede do IUR? | | | | | | |
| Sim | Há na sua empresa uma preocupação com o conhecimento e aplicação tempestiva da legislação no que se refere ao Imposto Único sobre os Rendimentos com o objectivo de pagar o mínimo de imposto legalmente correcto? | Sim | 3 | 4 | 8 | 15 |
| | | Não | 1 | 0 | 1 | 2 |
| | | Apenas seguimos as indicações do nosso contabilista | 1 | 0 | 2 | 3 |
| Total | | | 5 | 4 | 11 | 20 |

Tabela 6: Relação entre as variáveis- Questões 11 e 17

Conhecimento e aplicação de todos os benefícios fiscais previstos na Legislação em vigor * A sua Empresa já alguma vez tentou obter, e obteve algum benefício fiscal em sede do IUR? Crosstabulation

Count

| | | A sua Empresa já alguma vez tentou obter, e obteve algum benefício fiscal em sede do IUR? | | | Total |
|--|-------------------------------|---|----------------|-------------------------------|-------|
| | | Sim | Nunca tentamos | Tentamos, mas não conseguimos | |
| Conhecimento e aplicação de todos os benefícios fiscais previstos na Legislação em vigor | De extrema importância | 10 | 16 | 4 | 30 |
| | Muito importante | 1 | 5 | 2 | 8 |
| | Importante | 2 | 3 | 0 | 5 |
| | Pouco importante | 3 | 0 | 0 | 3 |
| | Sem qualquer importância real | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Total | | 18 | 24 | 6 | 48 |

Tabela 7: Relação entre as variáveis- Questões 4.4 e 16

Recrutar trabalhadores com algumas características que podem majorar os gastos com o pessoal * Há na sua empresa uma preocupação com o conhecimento e aplicação tempestiva da legislação no que se refere ao Imposto Unico sobre os Rendimentos com o objectivo de pagar o minimo de imposto legalmente correcto? Crosstabulation

| Count | | Há na sua empresa uma preocupação com o conhecimento e aplicação tempestiva da legislação no que se refere ao Imposto Unico sobre os Rendimentos com o objectivo de pagar o minimo de imposto legalmente correcto? | | | Total |
|--|-------------------------------|--|-----|---|-------|
| | | Sim | Não | Apenas seguimos as indicações do nosso contabilista | |
| Recrutar trabalhadores com algumas características que podem majorar os gastos com o pessoal | De extrema importância | 3 | 1 | 2 | 6 |
| | Muito importante | 5 | 0 | 3 | 8 |
| | Importante | 5 | 1 | 2 | 8 |
| | Pouco importante | 3 | 5 | 4 | 12 |
| | Sem qualquer importância real | 3 | 3 | 4 | 10 |
| Total | | 19 | 10 | 15 | 44 |

Tabela 8: Relação entre as variáveis- Questões 4.2 e 11

Apenas gerir a melhor data do pagamento do imposto sem contudo entrar em incumprimento de prazos * Em que momento costuma pagar o imposto apurado / comunicado pela Administração Fiscal? Crosstabulation

| Count | | Em que momento costuma pagar o imposto apurado / comunicado pela Administração Fiscal? | | | Total |
|--|-------------------------------|--|---|--|-------|
| | | Quando há disponibilidade e de tesouraria sem se preocupar com o prazo | No ultimo dia util em que o imposto é exigido | Quando é conhecido o montante a pagar sem se preocupar com a data limite | |
| Apenas gerir a melhor data do pagamento do imposto sem contudo entrar em incumprimento de prazos | De extrema importância | 5 | 5 | 2 | 12 |
| | Muito importante | 4 | 2 | 2 | 8 |
| | Importante | 4 | 2 | 6 | 12 |
| | Pouco importante | 2 | 6 | 1 | 9 |
| | Sem qualquer importância real | 3 | 1 | 1 | 5 |
| Total | | 18 | 16 | 12 | 46 |

Tabela 9: Relação entre as variáveis 4.1 e 15